

ATA DA CENTÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 25-10-2021.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Camila Nunes, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Laura Sito, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal e Pedro Ruas. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 158.00135/2021-41, de autoria de Giovane Byl, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, do dia vinte e cinco ao dia vinte e sete de outubro do corrente, em reuniões em Brasília – DF. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando licença para tratamento de saúde no dia dezoito de outubro do corrente, no período da tarde. Ainda, foi aprovado requerimento de autoria de Daiana Santos, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de outubro do corrente. Em continuidade, em face de licença para tratar de interesses particulares de Lourdes Sprenger do dia vinte e cinco ao dia vinte e sete de outubro do corrente, o Presidente declarou empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Camila Nunes, informando-a que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Após, Camila Nunes pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Luciana Bortoli e a Elias Machado, do Sindicato dos Escrivães e Inspetores e Investigadores de Polícia no Rio Grande do Sul, que se pronunciaram acerca da deficiência no efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A seguir, nos termos do artigo 206 do Regimento, Leonel Radde, Roberto Robaina, Alexandre Bobadra, Mônica Leal e Jonas Reis manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES. Foi iniciado período destinado a assinalar o transcurso do quingentésimo quarto aniversário da Reforma Protestante, nos termos do Requerimento nº 236/21 (Processo nº 0885/21), de autoria de Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Ramiro Rosário, proponente. Após, o Presidente concedeu a palavra a Joel Müller, vice-presidente de educação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos

foram suspensos das quinze horas e quarenta minutos às quinze horas e quarenta e dois minutos. Foi iniciado período destinado a homenagear a Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Rio Grande do Sul – pela campanha Outubro Rosa, nos termos do Requerimento nº 254/21 (Processo nº 0983/21), de autoria de Fernanda Barth e Cláudia Araújo. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudia Araújo, proponente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Leônidas Souza Machado, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Rio Grande do Sul – e a Cristiane Souza, do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e três minutos às dezesseis horas e cinco minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Jonas Reis, Mari Pimentel e Matheus Gomes. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 038/21, discutido por Claudio Janta e Aldacir Oliboni; em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 031/21, discutido por Jonas Reis e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza, Jessé Sangalli, Daiana Santos, Roberto Robaina e Leonel Radde. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 385, 397, 427, 203/21, este discutido por Ramiro Rosário, e 394/21, discutido por Claudio Janta, o Projeto de Lei do Executivo nº 040/21, discutido por Jonas Reis, e os Projetos de Resolução nºs 050 e 046/21, este discutido por Leonel Radde; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/21, discutido por Claudio Janta, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 327 e 185/21, este discutido por Claudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. A seguir, foram apregoadas as seguintes proposições: Projeto de Lei do Legislativo nº 404/21 (Processo nº 0964/21), de autoria de Airto Ferronato; Projeto de Resolução nº 051/21 (Processo nº 1046/21), de autoria de Artur Goulart; Projeto de Lei do Legislativo nº 401/21 (Processo nº 0957/21), de autoria de Claudio Janta; Projeto de Lei do Legislativo nº 418/21 (Processo nº 0994/21), de autoria de Daiana Santos; Projetos de Resolução nºs 047 e 048/21 (Processos nºs 0988 e 0998/21, respectivamente), de autoria de Edson CT; Projeto de Lei do Legislativo nº 410/21 (Processo nº 0974/21), de autoria de José Freitas; Projeto de Lei do Legislativo nº 438/21 (Processo nº 1026/21), de autoria de Matheus Gomes; Projetos de Lei do Legislativo nº 416 e 436/21 (Processos nºs 0987 e 1021/21, respectivamente), de autoria de Mauro Zacher; Projeto de Lei do Legislativo nº 260/21 (Processo nº 0648/21), de autoria de Pablo Melo; Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21 (Processo nº 0513/21), de autoria de Pablo Melo, Claudio Janta e Comandante Nádia; Projeto de Lei do Legislativo nº 426/21 (Processo nº 1010/21), de autoria de Roberto Robaina. Também, foi apregoado o Ofício nº 2677/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 042/21 (Processo nº 1065/21). Às dezoito horas e vinte e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Pedro Ruas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram

presididos por Claudio Janta, Idenir Cecchim e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito que o diretor proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo o processo SEI nº 158.00135/2021-41, de autoria do Ver. Giovane Byl, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Reuniões em Ministérios de Estado e na Câmara dos Deputados, em Brasília - DF, de 25 a 27 de outubro de 2021.

Apregoo requerimento do Ver. Airto Ferronato solicitando Licença para Tratamento de Saúde, no dia de 18 de outubro de 2021, no período da tarde.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento, de autoria da Ver.^a Daiana Santos, solicitando Licença para tratar de Interesses Particulares do dia 27 ao dia 29 de outubro de 2021. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Comunicamos que a Ver.^a Lourdes Sprenger se encontra em Licença para Tratamento de Interesses Particulares, do dia 25 ao dia 27 de outubro de 2021, cujo requerimento foi aprovado no dia 18 de outubro do corrente.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Já tinham pedido para aguardar um pouco, por isso iniciaremos pela Tribuna Popular, que são apenas 10 minutos. Em seguida, faremos as homenagens.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver.^a Lourdes Sprenger, no período de 25 a 27 de outubro de 2021, a suplente Camila Nunes assumirá a vereança. Informo que a suplente já procedeu à entrega do seu Diploma e da Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Camila Nunes prestará a seguir.

SUPLENTE CAMILA NUNES (MDB): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossada a Ver.^a Camila Nunes. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Camila Nunes, e V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

A Ver.^a Camila Nunes está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA CAMILA NUNES (MDB): Boa tarde, nobre Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, e todos que nos acompanham na sessão de hoje. Inicialmente, eu quero agradecer a Deus, à minha família e aos meus amigos por estar aqui hoje; também gostaria de agradecer aos 2.114 eleitores que confiaram em mim para representá-los nesta Casa; a cada um de vocês o meu muito obrigada, vocês fazem parte dessa conquista junto comigo.

É com imensa alegria que venho a esta tribuna como vereadora de Porto Alegre, em um ano legislativo tão relevante para a nossa cidade, que já aprovou diversos projetos de extrema importância para todos nós. Em seguida vou protocolar o projeto de lei de minha autoria que dispensa o uso obrigatório de máscaras em ambientes abertos ou fechados, com grande circulação de ar, no Município de Porto Alegre. Esse projeto tem o objetivo de contribuir para o bem-estar do cidadão, permitindo o retorno gradual de atividades de cunho social e econômico. Hoje, em Porto Alegre, mais de 97% da população está com a primeira dose ou dose única da vacina; 77,5% já está com o esquema vacinal completo. Sendo assim, não há mais sentido exigir o uso de máscaras em parques, praças, galpões, ambientes ventilados e arejados. Vale salientar que este projeto não obriga o não uso de máscaras e, sim, o torna facultativo. O cidadão que sentir necessidade ou segurança pode utilizá-la livre e tranquilamente.

Por fim, gostaria de lembrar que hoje se inicia a Semana Lixo Zero, que tem como objetivo a reflexão sobre a responsabilidade do destino correto dos resíduos gerados, o incentivo do consumo consciente e da economia circular, a separação dos resíduos sólidos, e oportunidade de reflexão sobre o consumo e a responsabilidade de

todos nós com o destino correto dos resíduos. Parabéns ao Instituto Lixo Zero do Brasil por tal iniciativa! Contem todos comigo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. Meus cumprimentos aos pais, Bibó e Isabel, e seja muito bem-vinda nesta Casa, vereadora!

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Ugeirm – Sindicato dos Escrivães e Inspetores e Investigadores de Polícia no Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo à deficiência do efetivo na Polícia Civil. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Luciana Bortoli e o Sr. Elias Machado estão com a palavra.

SRA. LUCIANA BORTOLI: Boa tarde Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, telespectadores da TVCâmara; agradecemos ao nobre Ver. Leonel Radde pela cessão do tempo. No Rio Grande do Sul, muitos municípios sofrem com o baixo efetivo policial, especialmente na Polícia Civil, responsável pelo trabalho de investigação. Além dos inúmeros delitos que acontecem todos os dias, em todas as regiões do Estado, as notícias de migração do crime organizado para o interior do Estado só trazem à tona a fragilidade e a precariedade da segurança pública. O trabalho da Polícia Civil e Judiciária é de extrema importância para a manutenção da tranquilidade da nossa sociedade, tendo em vista que é a instituição responsável pela investigação e elucidação dos crimes, além do trabalho de inteligência, que atua primordialmente para o desmantelamento de organizações criminosas que se ramificam pelo Estado.

Em 2018, foi realizado concurso público para os cargos de inspetor e escrivão de polícia, com previsão de 1.200 vagas, 600 para cada cargo. O certame recebeu mais de 40 mil inscritos, sendo que destes somente 2.418 candidatos foram aprovados em todas as fases. Até o momento, foram chamados 924 aprovados, conforme o cronograma de chamamento elaborado pelo governo estadual. Há previsão de apenas mais uma turma de 260 agentes, agora em novembro – 130 escrivães e 130 inspetores –, para ingressarem na Acadepol, com possível formatura somente em julho de 2022. O cronograma em questão não contemplou os quase mil aprovados no concurso, fora das vagas legais, diferentemente do que ocorreu com as demais instituições da segurança pública, como Brigada Militar e Susepe, as quais foram incluídas na previsão desse chamamento.

Cumprido destacar que, conforme previsto na Lei Estadual nº 13.790/11, seriam necessários 8.550 policiais civis para pleno funcionamento da Polícia Judiciária. Contudo, o Estado amarga um déficit de seu efetivo de 40%, contando atualmente com

5.308 policiais, incluindo os delegados neste número. Sendo assim, ainda que sejam nomeados todos os aprovados no último certame, essa defasagem não seria suprida, embora o déficit histórico diminuísse. Ressalta-se que, do ano de 2020 até agora, ocorreram 532 aposentadorias e exonerações na Polícia Civil gaúcha, fora os agentes afastados temporariamente em razão da covid-19 e demais doenças, contribuindo para o aumento do déficit. Conforme referido, diferentemente das demais instituições da segurança pública, que tiveram a totalidade dos aprovados nos seus concursos contemplados no referido cronograma, a Polícia Civil foi preterida, já que não foram incluídos todos os aprovados no plano de chamamento, mesmo sendo a instituição com maior déficit, conforme o número previsto em lei.

É importante frisar que delegacias de polícia, várias delas no interior, contam com apenas um agente, o que se mostra totalmente inadequado, seja para bem servir a população e realizar um trabalho eficaz, seja para a segurança dos próprios profissionais. Esse movimento visa a justa recomposição do efetivo da Polícia Civil, que apresenta déficit histórico, a fim de garantir mais policiais para as nossas cidades, bem como delegacias com efetivo suficiente a prestar um serviço adequado e que possam dar agilidade às demandas da população. Mais policiais civis atuando na investigação dos crimes resulta em mais efetividade na busca e na manutenção da segurança pública.

(Não revisado pela oradora.).

SR. ELIAS MACHADO: Boa tarde a todos. Vou dar continuidade ao excelente texto que foi lido pela colega Luciana, que trouxe números muito importantes para o conhecimento de todos, principalmente para a população de Porto Alegre. Por se tratar de um concurso de nível estadual, vou trazer um pouco da relação com o Estado, mas que impacta diretamente Porto Alegre.

Começo dizendo que, com todos os problemas que nós temos na questão de segurança pública, ainda somos um pouco privilegiados, porque hoje nós temos tecnologia capaz de ajudar muito na elucidação dos crimes que ocorrem. Só que, mesmo tendo todos os equipamentos que nós temos na Polícia, tendo todas as câmeras de monitoramento – públicas e privadas –, ainda há algo que deixa muito subjetivo o trabalho para ser feito: não há nada que substitua o trabalho de um policial, não há tecnologia que traga acolhimento às pessoas que procuram uma delegacia de polícia. Este é o principal fato pelo qual precisamos ter mais policiais civis atendendo à população. Nós temos hoje a chefe de polícia, a delegada Nadine, a primeira chefe de polícia mulher na história da Polícia Civil, que trouxe, além de toda sua competência, um olhar um pouco mais sensível às questões do atendimento à população. Hoje nós vemos, por todo o Estado, muitas delegacias tendo melhorias no acesso a prédios, reformas, tudo com ajuda da sociedade e do poder público, porém o que ainda está faltando é trazer mais efetivo para que a população, quando for buscar uma delegacia, ter o atendimento adequado. Nós temos, hoje, muita qualificação no serviço dos policiais, só que não é tudo, nós precisamos sempre melhorar e procurar melhores

condições de trabalho para o policial e para o atendimento à população. Com a falta de efetivo, ocorre uma sobrecarga no trabalho que é realizado. Isso traz problemas para o atendimento à população. O policial civil precisa de apoio em todo o Estado, desde a delegacia mais longínqua, no interior, até as delegacias aqui da capital. O policial é um servidor público, ele presta um serviço público e precisa de apoio da sociedade nesse atendimento à população. É preciso haver um movimento para que se valorizem os policiais civis que trabalham na investigação, nos serviços de inteligência e, muitas vezes, não aparecem na grande mídia, mas, quando há operações, a gente percebe a eficácia, a eficiência do trabalho do policial civil.

Para poder ter plenos direitos exercidos, hoje nós vemos muito apoio em delegacias: Delegacias da Mulher, Delegacia de Combate à Intolerância, Delegacia na Repressão aos Crimes Rurais e de Abigeato. Só que, mesmo com todo esse apoio, faltam policiais para atender à demanda, que é crescente. Hoje nós temos menos policiais no efetivo do que na década de 1980! É algo que não é imaginável, e a população não se dá conta. Enquanto isso, a gente entende que, toda vez que houver oportunidade de completar o efetivo da Polícia Civil, isso tem que ser feito. Hoje nós temos essa oportunidade com mil aprovados excedentes, que estão dispostos a assumir as fronteiras contra o crime, estão dispostos a botar sangue, suor e trabalhar em favor da população, e a gente não pode dispensar isso. A gente não pode dispensar essa mão de obra qualificada, que passou por inúmeras provas no concurso, não pode deixar isso passar por questões que a gente não tem conhecimento. A gente entende, agradece o apoio da chefe de polícia, buscamos aqui o apoio dos vereadores para darem alcance ao problema que nós temos quanto ao déficit da Polícia Civil.

Só para exemplificar, se chamarmos esses mil excedentes, nós não teríamos dois novos policiais por cada órgão da Polícia Civil. São 556 órgãos, o que daria um acréscimo de menos de dois policiais para cada, e isso faria muita diferença para a população, mesmo sendo esse número um pouco baixo. Hoje nós temos um nível de elucidação de homicídios em Porto Alegre de 75,9%, são números oficiais que estão no *site* da Polícia Civil. É como se a gente dissesse que, a cada 100 homicídios, 25 homicídios ficam sem esclarecimento, e a gente não pode deixar isso continuar – são 25 homicídios a cada 100 elucidações. Nós temos mão de obra, nós temos o concurso rolando e precisamos trazer esses aprovados para comporem a Polícia Civil. A questão do custo a que se referia isso, eu acho que a gente tem que fazer uma pequena lembrança, que segurança pública não é gasto, segurança pública não é despesa; é investimento. Quando nossos representantes tiverem noção disso, que segurança pública é investimento, nós teremos uma melhor qualificação dos policiais e do trabalho. Nós podemos precificar o preço de um telefone celular, a gente pode precificar um automóvel furtado, um relógio, uma joia, mas não há preço algum que pague a vida de algum ente querido perdido por um crime, ou a nossa vida. Nós precisamos desse apoio dos vereadores para expandir todo esse discurso até o interior e sensibilizar o governo do Estado pelo chamamento dos aprovados.

Encerrando agora, para não passar o tempo, a gente vem também querendo sugerir aos nobres componentes da Casa, que haja uma ampla frente parlamentar, haja

uma associação dos vereadores da capital, que tem protagonismo nesse Estado, de se organizarem e apoiarem o chamamento dos aprovados da Polícia Civil, se organizarem e procurarem a chefia de polícia, procurarem os deputados, procurarem o governador do Estado e tentar sensibilizar da necessidade que há de mais policiais civis.

Nós tivemos há pouco aqui um crime chocante, inescrupuloso, na parada de ônibus, uma menina perdeu a vida por causa de um telefone celular; uma menina de 20 anos de idade que tinha toda a vida pela frente. Eu peço que reflitam agora aqui, os nobres vereadores, e repensem, quando eles tinham 20 anos de idade, o que eles fizeram a partir desses 20 anos de idade até hoje, e vejam a oportunidade que essa menina perdeu por causa de um telefone celular, por não haver mais policiais na segurança pública para poderem investigar e tirar os criminosos de circulação, com inquéritos bem-feitos, com investigações bem-feitas. Que se sensibilizem, se unam e busquem segurança pública para todo cidadão. Porto Alegre é a capital, tem que partir daqui o movimento, como muitos outros já partiram. Fica esse apelo aos nobres vereadores.

Concluindo, fica o nosso agradecimento pelo espaço à Câmara de Vereadores, que sempre esteve ao lado do cidadão de Porto Alegre; aos vereadores da Casa, que estão aqui presentes, que poderão nos auxiliar nessa demanda; um agradecimento ao público que se interessa pela segurança pública; agradecimento à delegada Nadine, chefe de polícia, por todo apoio que presta aos concursados; em especial ao vereador Leonel Radde, que é policial civil, está vereador e segue acompanhando todas as questões relativas ao concurso e presta apoio também; a Ugeirm, sindicato que abriu espaço para a gente poder estar aqui representando, não os policiais, mas os aprovados que futuramente serão policiais e que precisarão de defesa para seus direitos como policiais também; agradecemos aos demais sindicatos que prestam apoio aos aprovados; e um agradecimento muito mais que especial aos policiais civis da ativa e que já estão aposentados, que construíram a Polícia Civil, e nos trazem toda essa paixão pela polícia, essa vontade que nos faz de ser policiais para servir e proteger a sociedade. Muito obrigado e peço uma salva de palmas aos policiais civis. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, convido o senhor Elias Machado e a senhora Luciana Bortoli para que componham a Mesa conosco.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde futuro colega Machado, futura colega Bortoli, é uma honra estar com vocês. Agradecer também ao GM sindicato, Fabinho e Gládio, que estão presentes aqui, grandes lutadores; mandar um abraço também para o meu presidente, Isaac Ortiz, é uma honra estar aqui nessa tribuna popular, conversamos muito para conseguir essa data, porque a população de Porto Alegre e do Rio Grande

do Sul necessita de mais policiais, necessita que o governo do Estado do Rio Grande do Sul tenha um olhar cuidadoso com essa categoria, porque é essa categoria que faz a diferença quando se trata de vidas, quando se trata de patrimônio, quando se trata, inclusive, de combater os crimes mais vis que nós conhecemos na nossa sociedade. Então, muito me honra saber que estarei, em breve, ao lado desses novos colegas que entrarão, eu tenho convicção que todos serão chamados, entrarão na Polícia Civil e cumprirão a sua nobre vocação.

Quero chamar atenção que aqui nesta Casa eu também já fiz uma moção de solidariedade pelo chamamento de todos os policiais civis, inclusive, policiais militares, bombeiros, todos aqueles aprovados em outros concursos públicos e que ainda não foram chamados. Parabéns aos aprovados da Acadepol, da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em breve eu espero que estejamos juntos trabalhando na linha de frente. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Cecchim, senhor Elias Machado e a senhora Luciana Bortoli; esta Tribuna Popular é muito importante porque trata da segurança pública em última instância, porque nós temos deficiência ainda grave no quadro de servidores da Polícia Civil, e esse concurso foi realizado em 2018. Uma parte, é verdade, foi convocada, mas nós temos uma deficiência que segue, portanto, essa Tribuna Popular é muito apropriada.

Eu queria também saudar, eu sei que está aqui o Gládio, dirigente da Ugeirm, do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia do Rio Grande do Sul, o Fábio, dois dirigentes sindicais muito importantes do Estado do Rio Grande do Sul que estão aqui conosco, prestigiando essa Tribuna Popular e também organizando essa luta. Parabenizar também o Leonel, por ter tomado essa iniciativa, e deixar muito claro para vocês: nós somos parceiros, a nossa representação na Assembleia Legislativa, como vocês sabem muito bem, a deputada estadual Luciana Genro, está empenhada nesse assunto, assim como está empenhada também nas causas referentes à Polícia Militar, à Polícia Civil, mas o chamamento é fundamental. Então vocês podem contar conosco para o que for necessário para fazer essa pressão, para que o Estado cumpra o seu dever, foi feito um concurso e esse concurso tem que ser levado até o final. Levado até o final quer dizer: as vagas necessitam ser preenchidas, a polícia não pode ficar com deficiência de recursos humanos. Portanto, parabéns pela luta de vocês, contem conosco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Quero dar a minha saudação aos aprovados do concurso da Polícia Civil. Eu vejo aqui meus amigos, o Gládio, o Fabinho, lá da turma do Ortiz, da Polícia Civil, muito estivemos juntos na questão do bloco da segurança, representando as entidades de classe da segurança, os policiais penais, os policiais militares, os policiais civis, o pessoal do IGP, os bombeiros. A Ugeirm, que é o Sindicato dos Escrivães, Inspetores da Polícia Civil, mas é o maior sindicato, disparado, da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, inclusive, não é porque é do Rio Grande do Sul, mas é a entidade símbolo do Brasil, de luta pelos servidores da polícia, *latu sensu*.

Eu quero dar um conselho para os aprovados do concurso da Polícia Civil, em 2006, eu fui o presidente da comissão pró-nomeação dos aprovados do concurso da Susepe, nós acampamos 100 dias na Praça da Matriz - 2006 - e na época, o pessoal do sindicato me convidou para participar da chapa do sindicato, e lá fiquei durante 12 anos, e conseguimos conquistas históricas, inclusive a aprovação da Polícia Penal. Eu acho que vocês procuraram as pessoas corretas que vão ajudar vocês, mas não se furtem de procurar todas as lideranças, porque, infelizmente na política, tem uma questão de vaidade, ego. Então quem realmente quer ajudar vocês, não está preocupado em ser "o pai da criança", está preocupado em ajudar de verdade. Então procurem em todas as lideranças, principalmente as lideranças que estão na base do governo, porque isso é inteligência. Vejam bem, se o governo do Executivo é do partido X, claro, procurem a posição, mas procurem aquele partido, porque são eles que realmente vão resolver a questão de vocês.

Então parabéns pela luta, eu tenho orgulho de ver vocês aqui lutando, trabalhando. Eu fui policial militar, fui para o Exército, fui aprovado no concurso da Polícia Civil, eu não quis assumir, porque estava muito bem na luta pela Polícia Penal do Rio Grande do Sul. Então parabéns, continuem na luta e podem contar conosco aqui no que for necessário para as bandeiras da segurança pública, porque quem representa todo mundo não representa ninguém. Eu represento a segurança pública.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, Ver. Idenir Cecchim, queridos futuros policiais, sempre que escuto alguma coisa referente a essa área, não posso deixar de lembrar do ex-chefe de polícia, ex-secretário de Segurança, professor da Academia de Polícia, Pedro Américo Leal. No dia em que eu me tornei vereadora, ele me fez um único pedido: cuida da Polícia Civil, porque a polícia é minha filha. E aí eu leio e escuto tantas coisas, tantos problemas, e a gente vê as pessoas, os nossos

governos... Entra governo, sai governo e as reclamações são as mesmas, a deficiência de pessoal e também as condições de vida dos nossos policiais – o capital humano. Não existe polícia sem agentes preparados psicologicamente, intelectualmente e fisicamente; isso nós temos. A nossa polícia, eu ousar dizer, é a melhor polícia do Brasil. Então, quando eu leio matérias que comprou viaturas, ótimo, tem que comprar mesmo, temos combustível, mas, é claro, as viaturas não andam com água, com ar. Nós temos que dar condições de vida, salários dignos para os nossos policiais, para os nossos servidores da Polícia Civil. Estamos aquém do efetivo, sim, também acho, está na hora de focarmos nessa situação. Contem com o meu apoio e lembrem-se sempre: segurança pública não tem sigla partidária, não tem ideologia política. Vocês são o Estado do Rio Grande do Sul. Contem sempre comigo. Obrigada, um abraço.

(Não revisado pela oradora.).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu queria aqui, Presidente, saudar essa importante comissão, essa importante luta. Eu sou servidor público do Município de Porto Alegre, professor, e nós sabemos que quem produz a política pública nas cidades são os servidores públicos; são importantíssimos. E a Polícia Civil não tem como ter um Estado com o mínimo respeito à lei, à ordem sem ter policiais civis bem remunerados, mas com um contingente adequado.

Hoje o nosso contingente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul é 39% a menos do que precisamos, e a população só cresce. A gente sabe que a criminalidade precisa ser combatida, e há todo o tipo de crime na sociedade, infelizmente, pessoas mal-intencionadas atacam a lei, atacam direitos e, por isso a gente precisa fortalecer a nossa Polícia Civil. Então contem conosco nessa luta. Vereador Jonas Reis está junto com o serviço público de qualidade, e a gente sabe que, para ter serviço público, tem que ter pessoas trabalhando.

E não dá para aceitar, esta Câmara de Vereadores não pode aceitar, que esta cidade tenha menos policiais civis do que precisa, até porque, vou citar só um exemplo, o tráfico de drogas cada vez avança mais na vida das pessoas, destruindo inclusive famílias. Por isso, nós precisamos do fortalecimento da nossa Polícia Civil. Contem sempre conosco, um grande abraço, e espero que todas e todos possam ser nomeados, porque vaga tem e tem dinheiro, que semana passada foi vendida a Sulgás. Botaram um bilhão de reais no caixa do governo, então, diziam que queriam fazer saúde, educação e segurança, se fizessem o estado mínimo. Está aí o estado mínimo. Cadê agora a polícia? Nomeie, governador Leite. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Agradecemos a presença do Sr. Elias Machado e da Sra. Luciana Bortoli, representantes do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 504º aniversário da Reforma Protestante, nos termos do Requerimento nº 236/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário.

Convidamos para compor a Mesa: o Reverendo Joel Müller, vice-presidente de ensino da Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB e o Reverendo Heder Frederico Pieper Gumz, vice-presidente de expansão missionária da IELB.

O Ver. Ramiro Rosário, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Idenir Cecchim, meus caros colegas, quero aqui também saudar o nosso vice-presidente de educação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Reverendo Joel Müller; o nosso vice-presidente de missão da IELB, Reverendo Heder Pieper Gumz; e também aqui o caríssimo amigo Paulo Udo Kunstmann, prazer em lhe ter aqui no plenário da Câmara de Vereadores. Eu acho que aquelas marteladas que ecoaram em Wittenberg, em 1517, e a população certamente ouvia enquanto o monge agostiniano Martinho Lutero pregava suas 95 teses à porta da igreja, aquela população, Reverendo Joel, não imaginava que estava assistindo à história ser rescrita. Um novo rumo para o ocidente, um novo rumo para a humanidade. E aqui hoje eu quero reforçar muitos dos pontos do legado do movimento da Reforma Protestante, não apenas no aspecto religioso, mas no âmbito secular para a sociedade civil e muito especialmente para o ocidente. A intenção de Martinho Lutero nunca foi criar uma igreja; aliás, conta a história inclusive que ele não gostava que se chamasse ali de luteranismo. Martinho Lutero queria reencontrar a fé cristã, reencontrar a igreja e conduzi-la fortalecida para um único propósito que é a pregação da palavra e a salvação de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Com relação aos legados seculares que o movimento da reforma deixou para a humanidade, gostaria aqui de reforçar alguns desses pontos e certamente assim muitos dos colegas e quem nos assiste não sabem o quão importante foi a reforma protestante para os nossos dias atuais. O primeiro ponto, a alfabetização. A tradução da Bíblia, do latim para o alemão, muito além de consolidar a língua alemã, aproximou as pessoas da sua própria língua e fez com que cada cidadão pudesse ter acesso à informação, disseminando a cultura da alfabetização dentro da sociedade. A educação universal foi amplamente defendida por Martinho Lutero. Primeiro, a responsabilidade dos pais, Reverendos, de prover de educação os seus filhos, a sua família. Segundo, para que tanto meninas quanto meninos tivessem acesso à educação, e também dizia "a cada igreja, uma escola", sendo também uma das bases da educação pública no nosso

mundo. A separação entre o Estado e a igreja, o movimento da reforma trouxe uma ampla contribuição nesse sentido, fomentando também a liberdade de expressão, fazendo com que cada cidadão, cada pessoa pudesse, a partir daquele momento, ter o direito de opinar, ter o direito de questionar e assim consolidando democracias, consolidando o nosso conceito hoje de Estado moderno. A visão de trabalho, a visão de desenvolvimento econômico também teve uma presença fundamental do movimento da Reforma Protestante, em que cada cidadão pudesse, através do trabalho, através de seus dons buscar a sua própria felicidade com o sustento digno e assim também contribuindo para a obra de Deus. Aliás, nessa questão do aspecto econômico e da visão de trabalho do movimento da Reforma Protestante, isso vai muito além de ideologias. Antes eu comentava inclusive aqui com o Ver. Robaina que a própria RDA - República Democrática Alemã, o estado socialista, em 1983, fez uma homenagem a Martinho Lutero justamente por ser um homem muito à frente do seu tempo e por ter deixado importantes contribuições também para a sociedade civil do país alemão. Lutero pregava vida justa, honesta e livre.

Aqui no Brasil, tivemos, com os primeiros imigrantes, a presença já de evangélicos desde 1824 em Nova Friburgo e também aqui em São Leopoldo. Nos anos subsequentes, muito especialmente ali em 1850, já havia a consolidação do que hoje reconhecemos e chamados por Igreja Luterana. Inclusive na nossa cidade, Porto Alegre, uma cidade que tem na sua formação social uma forte presença da cultura germânica, as duas sedes das igrejas nacionais - a IELB, aqui hoje representada, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, e a IECLB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil -, as duas sedes nacionais estão presentes na nossa capital. Portanto, nada mais justo do que podermos aqui no plenário, na Casa do porto-alegrense, fazer esta menção e esta lembrança aos 504 anos da reforma, data que se aproxima. E a igreja atua e já passo a palavra aqui, concedo aqui o aparte ao Ver. Robaina, mas só para reforçar, que a igreja atua muito além do aspecto religioso também no dia a dia, no cotidiano da nossa sociedade. Seja através de ações sociais, destaco um exemplo, a Associação Evangélica Luterana de Caridade - Aelca, que atende em convênio com a Prefeitura mais de 200 crianças na Vila Jardim e também no ramo da educação, fortalecendo o legado de Martinho Lutero para a educação universal e de levar a educação ao maior número de pessoas. E aqui como exemplo temos a Rede Sinodal, ligada a IECLB, e o próprio Colégio Concórdia e universidades ligadas a IELB.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Ramiro, quero parabenizar pela iniciativa, o Sr. Joel Müller, o Sr. Heder Gumz, não sei se pronunciei corretamente vossos nomes, Presidente Márcio Bins Ely, eu acho muito oportuna, Ver. Ramiro, a sua homenagem, porque, de fato, é importante que se conheça a reforma e como a reforma foi fundamental para a constituição do mundo em que vivemos hoje, como a reforma permitiu que nós avançássemos em termos culturais, como permitiu que nós tivéssemos

uma separação efetiva entre igreja e Estado. Não é à toa que Lutero foi quem primeiro garantiu a tradução da própria Bíblia e, de uma certa forma, ao fazer isso, permitiu que a Bíblia fosse popularizada. Sem isso, a Bíblia não teria sido popularizada, Lutero conseguiu estabelecer um tipo de política, pode-se dizer assim, porque a Reforma Protestante foi também uma luta política, permitiu que nós tivéssemos uma situação em que já não precisasse o nível de intermediação para quem tem a crença em Deus, entre o fiel e Deus, que passava por uma série de procedimentos que, na verdade, transformava a igreja num aparelho todo poderoso que tirava do indivíduo a sua capacidade de atuação, inclusive, a sua liberdade de culto. Então, eu creio que a reforma, sim, foi muito importante. Ela, de uma certa forma, demonstrou, Ver. Ramiro, que causas como a que eu defendo hoje, que são causas revolucionárias, elas, às vezes, parecem impossíveis de serem realizadas, porque, o senhor há de convir comigo que, quando Lutero começou a sua atividade religiosa, ele era simplesmente um sujeito perseguido, foi muito perseguido, teve que enfrentar toda a Igreja Romana. Quem vivia naquele período realmente não acreditava na possibilidade de uma vitória da Reforma Protestante. Nós tínhamos tido, nesse período, muitas guerras camponesas que foram derrotadas na Alemanha e, apesar disso, os ideais, digamos, fundamentais da Reforma Protestante foram realizados, de tal forma que, às vezes, grandes mudanças estruturais, elas parecem impossíveis até que se tornam inevitáveis. E eu creio que a Reforma Protestante foi parte dessas grandes mudanças na Europa com repercussão no mundo todo. Parabéns pela sua iniciativa; obrigado, Presidente Márcio.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Robaina.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Márcio Bins Ely, também quero parabenizar aqui o Ver. Ramiro Rosário pela iniciativa de trazer para nós essa homenagem na pessoa do Reverendo Joel Müller e do Reverendo Heder Gumz. Nós queremos aqui, como Câmara Municipal, parabenizar por essa iniciativa do Ver. Ramiro Rosário, por esse trabalho tão intenso que a Igreja Luterana tem feito, não só na evangelização, no cuidado de vida da transformação de pessoas, nos seus colégios, nas suas escolas, todo o seu trabalho que tem sido desenvolvido ao longo de todos esses anos na mudança de uma sociedade mais digna, justa, tranquila, levando não só o evangelho, mas também levando conhecimento e essa divisão na história da humanidade, no dia 31 de outubro de 2021. Portanto, deixo aqui meus parabéns por essa iniciativa, por esse trabalho e sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre. Obrigado.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Ver. Hamilton Sossmeier. Então, para finalizar aqui e poder passar também a palavra ao nosso vice-presidente de educação Joel Müller, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, que aqui representa não apenas a IELB, mas o convite para que possa representar de fato a comunidade cristã por completo, também todas as denominações que vieram

devido, que sugiram devido ao movimento da Reforma Protestante, em 1517. E desde já também leve o nosso abraço, o Pastor Geraldo Schiller, que não pôde estar aqui hoje presente, mas que está muito bem representado pelos dois Reverendos. Muito obrigado e que celebremos aí o grande legado histórico, Ver. Hamilton Sossmeier, da Reforma Protestante no próximo dia 31 de outubro, quando completa 504 anos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Reverendo Joel Müller, vice-presidente de ensino da Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB, está com a palavra.

SR. JOEL MÜLLER: Senhoras e senhores, boa tarde; Presidente da Câmara de Vereadores; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores de Porto Alegre; também quem está visitando esta Casa e quem nos assiste pela TVCâmara; nossos telespectadores. Muito boa tarde e que a graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus, o Pai, e a comunhão do Espírito Santo esteja conosco e nos abençoe.

Antes de falarmos do movimento da Reforma Protestante, dos 504 anos da reforma propriamente, eu gostaria de deixar uma palavra bíblica para vocês. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores de Porto Alegre, o texto de Jeremias, capítulo 29, versículo 7, que diz assim: “Procurai a paz da cidade para onde vos fiz transportar e olhai por ela ao Senhor, porque, na sua paz, vós tereis paz.” Jesus, ao aparecer aos seus discípulos, disse: “Eu vos dou a paz, a minha paz vos dou; não a dou como o mundo a dá”. Então, Jesus, o Príncipe da paz, ao ressuscitar, ao vencer o diabo, a morte, o pecado, e, ao nos dar a sua salvação eterna, nos deseja a paz de Deus, que excede todo o entendimento. E aqui o Profeta Jeremias pede para que nós oremos pela paz da cidade e para que nós trabalhemos por sua paz. Então, vocês que trabalham por essa cidade orem e trabalhem pela paz da cidade. Há pouco, nós tivemos aqui uma pauta de segurança pública, que é do interesse de todos, a gente ora também por essa pauta e pedimos que Deus abençoe aqueles que fazem a segurança pública da cidade, para que tenhamos paz dentro da cidade, não só aqui em Porto Alegre, como também em nosso País.

Dito isso, gostaria de falar um pouquinho sobre a Reforma Protestante, que, no próximo domingo, celebra os seus 504 anos, conforme já foi dito aqui pelo Ver. Ramiro, a quem agradeço pelo convite e pela oportunidade de estar aqui falando desse tema tão pertinente e tão importante para nós da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, e agradeço também aos vereadores que fizeram o uso da palavra.

O cristianismo é a religião de mais de 2 bilhões de pessoas no mundo. Sua trajetória histórica é marcada por mais de 2 mil anos de duração, a tal ponto que dividiu o calendário de antes de Cristo e depois de Cristo, tempo no qual se constituiu como um fenômeno histórico e de múltiplas e diferentes dimensões. Claro que, como igreja evangélica, nós vamos falar do aspecto religioso, teológico, mas a Reforma Protestante é um movimento que se consolidou por causa da sua importância e relevância mundial a todas as áreas de conhecimento humano; suas diferentes dimensões, seja como religião,

como cultura ou como visão de mundo e, conseqüentemente, como um singular processo social.

Martinho Lutero, que nasceu em 1483 e que faleceu em 1546, marcou definitivamente a identidade do cristianismo em sua história, ao propor a reforma da igreja, ou a igreja reformada, no seu tempo e na sua conjuntura. Não podemos cometer um anacronismo com a igreja cristã de hoje, temos que olhar para o tempo em que Lutero viveu, bem como as suas dificuldades daquele tempo e as propostas de mudar algumas coisas no seio da igreja, no seu tempo e na sua conjuntura, testemunhando uma profunda releitura dos fundamentos da prática cristã e realizando uma releitura de sua missão, do seu projeto histórico, teológico, eclesial e também social. Na sua famosa confissão, de 1528, Lutero destacou as premissas dessa cosmovisão cristã, que se constitui pela fé em Deus. As bases da reforma são somente pela fé em Cristo Jesus e essa fé é revelada somente nas escrituras sagradas, unicamente pela graça de Deus em Cristo; somente pela fé, pela escritura e pela graça deste Deus, que é criador do homem, do mundo e de tudo que nele existe – criador e mantenedor de tudo, por uma obra de amor e de gratuidade, ratificadas, depois, pela confissão de Augsburgo, que consta no *Livro de Concórdia*. Aliás, a Nação brasileira e Porto Alegre têm essa missão de serem portadoras da nova edição do Livro de Concórdia. A Comissão Interluterana de Literatura, que tem sede aqui em Porto Alegre, lançou o *Livro de Concórdia*, de 1580, com uma nova tradução, uma revisão ortográfica e também uma revisão do texto bíblico aqui utilizado com a Nova Almeida, revista atualizada do Brasil, e este livro, então, contém as bases, os fundamentos doutrinários e teóricos da Igreja Luterana em todo mundo. E a gente tem o prazer de ter o lançamento deste livro, neste mês, nos 504 anos da Reforma Luterana, sendo feito aqui em Porto Alegre, nos próximos dias. Na Feira do Livro de Porto Alegre será lançado esse livro com um momento muito especial de lançamento. E, no próximo domingo, dia 31, haverá uma *live*, que está sendo organizada pela Igreja Evangélica Luterana, em comemoração aos 504 anos da reforma e também pelo lançamento do Livro de Concórdia, que fundamenta os princípios doutrinários da nossa igreja, com o nome *Eu Assino*. Mas, aqui, na confissão de Augsburgo, que foi defendida por Felipe Melancton, no início, ela foi exigida pelas forças da Igreja Católica e do Sacro Império Alemão, sob a égide de Carlos X, sistematizando as principais teses e os singulares temas da confissão cristã evangélica e luterana. Aqui neste livro e também no movimento da reforma, se destaca a plena primazia do plano de Deus para com os homens, que deseja que todos sejam salvos pela fé em Cristo Jesus. O mundo não vaga sem rumo, ele é dirigido e governado por Deus e carrega, em si, o projeto de Deus de estabelecer a plenitude da justiça e da libertação do ser humano. Os homens, individual e coletivamente, são depositários desse projeto de Deus. Nós somos chamados para sermos luz no mundo em que nós vivemos, responsáveis pela realização desses desígnios diante da natureza e através dos seus atos na história. Sem esse ponto de partida, que reúne uma escolha antológica, nós não teríamos como empreender a crítica histórica ou a caracterização educacional e pedagógica, a qual foi mencionada aqui pelo Ver. Ramiro.

Martinho Lutero lançou as bases da pedagogia moderna, quando ele falou do ensino gratuito para todos, ou seja, a universalização do ensino, de divisão de faixa etária, de idades e tudo mais que advém da pedagogia luterana. Então, a ação de Martinho Lutero mudou a história do cristianismo, assim como mudou a história das sociedades humanas. Muito apropriada a fala do Ver. Ramiro, quando ele disse que não é um movimento apenas teológico, mas um movimento cívico, social, quando ele lança bases para muitas coisas no mundo em que vivemos. Então, enquanto reformador religioso, Lutero produziu uma profunda revisão em toda a concepção cristã do seu tempo e extratempo, seja na teologia, na exegese, na vida espiritual, nas liturgias, na ética, na pregação, na relação do homem com Deus e do homem consigo mesmo. No conjunto de todas essas mudanças e proposições, Lutero sistematizou uma nova forma de entender a educação e de pensar a escola e sua relação com a vida, com a sociedade, na formação de crianças e jovens, os métodos do ensino e o perfil do professor e a constituição da própria teoria pedagógica, como eu disse no início desse parágrafo. Portanto, meus irmãos, prezados vereadores, e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, celebrarmos os 504 anos da Reforma Luterana é nós agradecermos a Deus que sempre se utiliza de pessoas para intervir na história da humanidade. Assim, Deus é Senhor da história ontem, hoje, e Ele será para todo sempre, porque Deus é eterno e o seu amor não tem fim.

Eu recebi aqui carinhosamente um selo, quando cheguei a esta Casa, em homenagem ao Outubro Rosa. Para nós, da Igreja Luterana, outubro é o mês da Reforma Luterana e nós temos um selo também, o qual é chamada a Rosa de Lutero. Até no *Livro de Concórdia* tem uma Rosa de Lutero esculpida aqui. É uma cruz vazia, lembrando que Jesus morreu e ressuscitou por nós, que é depositada num coração vermelho, lembrando o amor que Deus tem por nós, na pessoa do seu filho, que descansa numa rosa branca, lembrando a paz que Jesus nos traz, entrelaçada com ramos verdes, que são a esperança da fé cristã, e ela repousa num fundo azul, lembrando a esperança cristã, que é de viver num novo céu e na nova terra, circundada por um arco dourado, lembrando a eternidade de Deus, aquele que era, é e será.

Então, que a gente possa fazer da causa do Outubro Rosa também a Rosa de Lutero, pois, assim como as mulheres do Outubro Rosa lutam pela vida e pela preservação da vida, com diagnóstico precoce dessa doença terrível - e, quanto mais precocemente é descoberto, melhor são as chances de tratamento e a qualidade vida da pessoa que sofre com essa causa -, nós, Igreja Cristã, temos que falar que Jesus venceu a morte, o pecado, o diabo, e ele nos traz vida; não somente qualidade de vida para este mundo, mas a vida abundante, a vida eterna. Esta é a causa da reforma: olhar para Cristo e seus sacrifícios em nosso favor.

Que Deus abençoe esta Casa, a todos que aqui trabalham pela paz, pelo progresso da cidade, oramos por vocês e por todas as igrejas que levam Cristo para todas e todos, na sua obra salvadora em favor da humanidade. Muito obrigado, Ver. Ramiro, pela oportunidade de estarmos aqui celebrando os 504 anos da reforma, muito obrigado a esta Casa e a todos vocês que nos assistem também. Que Deus abençoe a

todos nós em Cristo Jesus, que é, era e para sempre será o nosso Deus de amor. Amém.
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Amém. Muito obrigado. Nós gostaríamos de agradecer, então, o Reverendo Joel Müller, Vice-Presidente da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, e o Reverendo Heder Frederico Piepper Gumz, pela presença nesta homenagem, em período de Comunicações, que presta o Ver. Ramiro Rosário, pelo transcurso dos 504 anos da Reforma Protestante.

Suspendo os trabalhos por dois minutos e convido os vereadores para uma fotografia aqui à frente, bem como o Ver. Ramiro para proceder com a entrega dos diplomas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h40min.)

(Procede-se à entrega dos diplomas.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h42min: Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a homenagear a Sociedade Brasileira de Mastologia - Regional/RS, pelo lançamento da campanha Outubro Rosa, para fins de arrecadação de perucas e alimentos não perecíveis, em parceria com a Associação Médica do Rio Grande do Sul, com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e com a Prefeitura de Porto Alegre, nos termos do Req. Nº 254/21, de autoria das vereadoras Fernanda Barth e Cláudia Araújo. Convido para compor a Mesa conosco o presidente da Sociedade de Mastologia, Dr. Leônidas Souza Machado, e a Secretária-Adjunta, Dra. Michela Fauth Marczyk.

A Ver.^a Cláudia Araújo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste; é com muita satisfação que eu cumprimento a Sociedade Brasileira de Mastologia, nas pessoas de seus representantes aqui presentes: Dr. Leônidas Souza Machado, presidente; e Dra. Michela Fauth Marczyk, secretária adjunta. O Instituto da Mama, o Imama, também estaria presente, mas, infelizmente, tiveram outro compromisso na Assembleia Legislativa e não puderam se fazer presentes nesta homenagem, mas sabemos do trabalho realizado pela instituição. Este período de Comunicação solicitado por mim e pela Ver.^a Fernanda Barth traz como fundamento básico mostrar o trabalho realizado ao longo de décadas por ambas as entidades, sempre com o objetivo de conscientizar as mulheres a respeito da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e colo do

útero. Além disso, gostaríamos de parabenizar a Sociedade Brasileira de Mastologia pelo lançamento da campanha Outubro Rosa para arrecadação de perucas e alimentos não perecíveis em parceria com a Amrigs, Associação Médica do Rio Grande do Sul; o Simers, Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, e a Prefeitura de Porto Alegre.

A Sociedade Brasileira de Mastologia é uma entidade filiada à Associação Médica Brasileira, fundada em 6 de julho de 1959, data que representa um marco para os mastologistas. Com mais de seis décadas de conquistas e desafios vencidos, avançou cientificamente, ampliando o número de médicos engajados em pesquisas, novas formas de tratamento e procedimentos, melhorando assim a qualidade de vida dos pacientes, especificamente, das acometidas pelo câncer de mama. É importante saudar a todos os que norteiam a Sociedade Brasileira de Mastologia nesses mais de 60 anos, que, com o seu empenho e dedicação, salvam vidas. Da mesma forma, o Imama, uma grande organização não governamental localizada em Porto Alegre e reconhecida, desde 2000, pelo Ministério da Justiça, como uma OSCIP. Pelo segundo ano consecutivo, realizou ontem uma carreata de mobilização do Parcão ao Gasômetro. Em sua 18ª edição, a campanha do Outubro Rosa tem como finalidade divulgar e conscientizar, para que mais mulheres busquem o tratamento preventivo e os exames anuais. Em julho de 2021, o Imama completou 28 anos. Ressalto também que o Inca, o Instituto Nacional do Câncer, estima que, em cada ano do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados, no Brasil, 66.280 novos casos de câncer de mama, com um risco estimado de 61,61 casos a cada cem mil mulheres. A pandemia agravou o quadro, visto que muitas mulheres deixaram de realizar os exames anuais, trazendo para a atual realidade um represamento de atendimentos e, como consequência, diagnósticos avançados, que precisam de urgência em suas ações. O diagnóstico precoce possibilita que as chances de cura possam chegar ao percentual de 95%. Segundo o Inca, é possível reduzir em 28% o risco de uma mulher desenvolver câncer de mama adotando alguns hábitos, como praticar esportes, atividades físicas regularmente, alimentação saudável, não fumar, peso corporal adequado, não ingerir bebidas alcoólicas, evitar o uso de hormônios sintéticos em altas doses. A Femama e a Sociedade Brasileira de Mastologia recomendam a realização anual de mamografias a partir dos 40 anos em mulheres assintomáticas, porém, no SUS, a determinação do Ministério da Saúde é que sejam realizadas mamografias entre 50 e 69 anos, a cada dois anos. Como procuradora especial da mulher na Câmara, lançamos este ano a campanha Ei, garota, se toca!, voltada a mulheres, para que elas possam se tocar através do autoexame e, caso detectem algo anormal, possam procurar o seu médico. Da mesma forma, indicamos ao Executivo municipal e à Secretaria Municipal da Saúde que, em todas as consultas do mês de outubro pelo SUS, as mulheres saíssem com encaminhamento de exames de ecografia mamária e mamografia, pois acreditamos que o amor pela causa Rosa salva vidas.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizar a Ver.^a Cláudia e a Ver.^a Fernanda Barth pelo lançamento dessa campanha do Outubro Rosa. Eu sempre apoiei o Outubro Rosa, eu sou psicóloga de formação,

sempre realizei muitas palestras sobre os cuidados com a saúde, prevenção, autoestima da mulher, saúde mental da mulher, então, é um tema que me move muito. Sempre participei das caminhadas promovidas pelo Imama, a Caminhada das Vitoriosas, é um tema muito importante, muito especial para todas nós, mulheres. Quero também salientar os dados, a Ver.^a Cláudia também está se referindo a alguns dados. Os dados dos novos números de câncer de mama são alarmantes: mais de 60 mil novos casos por ano. Uma coisa que chama a atenção neste período de pandemia é que muitas mulheres deixaram de procurar os seus médicos, ginecologista, mastologista, neste momento que nós estamos vivendo.

Eu também quero falar um pouco sobre a saúde mental das mulheres que sofrem de câncer de mama. Olhem só que coisa interessante: tem um estudo que diz que de 22 a 29% das mulheres que tiveram câncer de mama podem ter depressão. Então, é um outro fator que temos que ter muito cuidado. Quero encerrar a minha fala parabenizando a Ver.^a Cláudia mais uma vez, sei do seu trabalho em relação a essa temática. Parabéns, parabéns aos doutores que estão aqui! Obrigada.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O tema trazido pela colega Cláudia – nós, que somos da COSMAM – em relação ao Outubro Rosa nos preocupa em algum momento, porque, às vezes, a política adotada pelo governo, independente de quem seja, não é suficiente para atender à demanda no caso das ecografias mamárias ou de um atendimento adequado a todas as mulheres que queiram fazer os exames preventivos. Todos nós, que somos da saúde, percebemos que esse tema tem que ter uma atenção maior dos governantes. Acho que a Ver.^a Cláudia tem razão, quando se refere ao mês de outubro: que aquelas que têm uma consulta possam sair com, no mínimo, se houver alguma dúvida, uma ecografia mamária. Eu diria que esse tema não devia ser só aportado no mês de outubro, ele deveria ser a prioridade das prioridades, em função do diagnóstico de câncer, todos os dias do ano. Mas, queira ou não, ela tem uma atenção muito devida com as caminhadas e com o apoio institucional das instituições que trabalham com o tema no mês de outubro. É muito salutar, quero te parabenizar, Ver.^a Cláudia, tu sabes que, na questão da saúde, temos uma enorme afinidade na defesa da saúde pública dos trabalhadores. Quero parabenizar por este dia e também dizer que aqui vocês têm parceiros na luta pelo acesso à saúde pública de todo cidadão e cidadã. Muito obrigado e parabéns!

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada, Ver. Oliboni. Nós estamos com uma representante do Imama, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, gostaria de convidar a Sra. Cristiane Souza para compor a Mesa conosco. Obrigado pela presença.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bem-vinda, Cristiane!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também quero agradecer a presença do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, na pessoa do Amauri Fraga, diretor, que vem participar deste ato.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns por este momento tão importante na Casa do Povo de Porto Alegre. Eu fiz parte do conselho político do Imama desde o início, na presidência da Dra. Maira, e só não fui nesta caminhada, porque estou com uma filha operada e, nos fins de semana, nas horas vagas, a gente tem que ser mãe, avó, motorista, enfim, se desdobrar. É muito importante o registro que a Ver.^a Cláudia faz, as ações da Sociedade Brasileira de Mastologia e também do Imama, instituto que trabalha incansavelmente pela diminuição das taxas de mortalidade do câncer de mama e no constante alerta, também muito importante, para a importância do diagnóstico precoce, quando as chances ficam bem maiores. Quero dizer que o Rio Grande do Sul sempre nos preocupa, pois é o estado que desponta no câncer de mama, Ver.^a Cláudia, e não é de hoje. Isso é extremamente preocupante. Mas nós sabemos também e, com muito orgulho, eu quero dizer que o Rio Grande do Sul tem uma medicina de primeira linha. Essa causa nos é muito cara, e os nossos experientes médicos também nos dão segurança. Quando uma mulher falece pelo câncer de mama é uma família que é destruída, é uma mãe, uma avó, é uma tia, é uma irmã, é uma força produtiva que deixa de existir naquele momento. Continuem essa luta, por favor, contem com a Casa do Povo de Porto Alegre. Todos nós, mulheres e homens, somos engajados nesta Caminhada das Vitoriosas. Obrigada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Ver.^a Mônica. Ontem nós espalhamos o Rosa pelas ruas que passamos. Desejo que possamos, a cada dia, em parceria com entidades, como a Sociedade Brasileira de Mastologia, o Imama, a Femama, reduzir índices, conscientizar mulheres, acolher e oportunizar exames e, acima de tudo, salvar vidas. Muito obrigada pelo trabalho que vocês realizam com as nossas mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Dr. Leônidas Souza Machado, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, está com a palavra.

SR. LEÔNIDAS SOUZA MACHADO: Boa tarde a todos; em primeiro lugar, queria agradecer pelo convite, Presidente Márcio, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver.^a Fernanda Barth, Ver.^a Mônica e todos os vereadores que votaram, por unanimidade, na aprovação desta pauta. Sem dúvida nenhuma, esta pauta é superimportante. Nós sabemos, como vocês falaram aqui, que o câncer de mama é superprevalente no nosso País. A gente espera mais de 60 mil novos casos todos os anos; só aqui no Rio Grande do Sul, são mais de 5 mil novos casos. Já é o câncer que mais mata as mulheres no Rio

Grande do Sul e no Brasil, então, a gente precisa realmente muito dessa parceria entre nós, médicos, e vocês. Muito obrigado por este espaço.

Em relação ao diagnóstico precoce existem muitas correntes. O que tem na literatura médica, e o que a Sociedade de Mastologia, a Sociedade de Ginecologia e a Sociedade de Radiologia, o que nós sugerimos? Mamografia a partir dos 40 anos a cada ano, porque existem trabalhos muito evidentes mostrando que em torno de 40% das mulheres têm menos de 50 anos. Então, nós não temos que esperar os 50 anos para começar a fazer mamografia nessas mulheres. A gente sabe que, quanto antes o diagnóstico, quanto mais cedo o diagnóstico, maiores são as chances de cura dessas pacientes. Vocês sabem que, quando o nódulo é descoberto muito cedo, a chance de cura varia entre 90 e 95%. A nossa especialidade da mastologia evoluiu muito nos últimos anos. Nós temos hoje o que a gente chama de uma medicina personalizada, enquanto antigamente nós tratávamos todas as pacientes com mastectomia radical. Tenho certeza de que vocês conhecem alguma pessoa, algum familiar, algum amigo, algum vizinho que fez cirurgias radicais, e com o tempo a gente foi vendo que nem todas as pacientes precisam dessas cirurgias mais radicais. A cirurgia evoluiu muito, os tratamentos oncológicos evoluíram muito, em termos de quimioterapia, radioterapia, mas tem coisas que nós temos que melhorar. Tem um grande professor que sempre me dizia "não me traz o problema, me traz o problema e a solução", e a gente está aqui para conversar com vocês algumas soluções que vocês podem nos ajudar. Aqui no Rio Grande do Sul a gente pode bater no peito e dizer com orgulho: "Nós temos mamografia". Nós temos, se uma paciente, hoje, for no Sistema Único de Saúde, ela consegue uma mamografia em 15 dias, porém o problema dela não é resolvido, porque ela precisa fazer uma ecografia mamária, ela precisa fazer uma biópsia, e esses exames, às vezes, levam mais de seis meses, oito meses. Então a gente não pode se enganar, a gente não pode achar que somente oferecendo a mamografia nós estamos ajudando essas pacientes, nós precisamos ter todo o fluxo dessas pacientes, nós precisamos de ecografia, nós precisamos de biópsia, até essas pacientes chegarem aos hospitais.

Queria falar de novo, rapidamente, da nossa campanha, agradecer muito a primeira-dama, a Valéria, que nos apoiou nessa campanha de doação de alimentos e também de doação de perucas. A gente sabe que o nosso propósito maior, como Sociedade de Mastologia, é ajudar pacientes com problemas de mama, mas a gente não pode esquecer que a gente está numa pandemia, e muitas pacientes, muitas pessoas estão passando por necessidades básicas. Então agradecer a Amrigs – Associação Médica do Rio Grande do Sul e o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, juntamente com a Prefeitura, que são nossos parceiros nisso.

Mais uma vez, obrigado pelo convite, obrigado pela oportunidade, sempre contem com a Sociedade de Mastologia do Rio Grande do Sul para a gente tentar fazer o melhor pelas nossas pacientes, e eu não tenho dúvida que, trabalhando junto, a gente consegue passar para vocês quais são as carências e vocês nos ajudarem em relação ao Sistema Único de Saúde, que representa, hoje, vocês sabem, mais de 70, quase 80% da nossa população. Muito obrigado, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, presidente. A Dra. Cristiane Souza, representante do Imama – Instituto da Mama do RS, está com a palavra.

SRA. CRISTIANE SOUZA: Obrigada, Presidente, em nome da Ver.^a Cláudia, nossa parceira de longa data, também agradeço a todos os demais da Casa Legislativa. Nos sentimos muito gratos por este convite, a nossa luta, sim, pela conscientização do diagnóstico precoce, é diária. Foi bem-dito aqui pelo doutor da dificuldade da ecografia. Nós ficamos sabendo nas últimas semanas que no Município existe uma demanda de 15 mil ecografias represadas, isso muito nos aflige. Quando chegam as pacientes e me dizem "me desmotivaram, dizendo que eu vou esperar dois anos por uma ecografia", a gente pensa "o que eu vou dizer para essa mulher?" E nós, como sociedade civil, estamos diariamente lutando, contamos com a ajuda de vocês para trazer soluções para esse problema. Nós precisamos, é urgente. Sabemos da demanda que virá no próximo ano, de grandes diagnósticos e a grande maioria avançados, e é isso que a gente não quer. Novamente, agradeço a oportunidade, contem sempre com o Imama, nós estamos há 28 anos lutando e sabemos que a nossa luta ainda é longa, mas a gente persiste, esse é o nosso cerne, é nunca desistir da luta. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos, mais uma vez, o presidente da Sociedade de Mastologia, Dr. Leônidas Souza Machado; a secretaria adjunta, Dra. Michela Fauth e Sra. Cristiane Souza, representante do Imama. Convido a Ver.^a Cláudia Araújo e demais vereadores para uma fotografia, para que nós possamos conceder a entrega do diploma. Obrigado.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Procede-se à entrega dos Diplomas.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h03min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h05min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas e queridos servidores da Prefeitura de Porto Alegre, venho até esta tribuna para dialogar com o governo, que deve para o funcionalismo 28% de inflação dos salários. É o governo do calote, sem sombra de dúvidas. Governo Melo é caloteiro, deve para quem trabalha! Quem trabalha

na saúde, na educação, na assistência, no saneamento, inclusive, na assistência, o governo Melo está transformando os servidores em carregadores de sacolão, porque política mesmo, de assistência social, não vejo esta cidade produzir. É importante, sim, a cesta básica, é evidente, mas não se faz assistência social só com cesta básica. Tem que botar comida na mesa? Tem, mas tem que construir emprego, tem que ter política de habitação de interesse social que até agora eu não vi o secretário André Machado produzir. A Prefeitura arrecada R\$ 22 milhões por dia, onde está metendo esse dinheiro? Na orla. A orla é bonita? É claro que é bonita, todo mundo acha a orla bonita, eu também devo achar, e assim o faço, mas a Restinga continua com as ruas esburacadas, o Lami continua atolado no saneamento e ninguém faz nada! Não vi até agora um programa de saneamento básico real para a cidade, o que está fazendo o diretor-presidente do DMAE? Vai chegar o verão, cadê o programa emergencial para não faltar água de novo na Lomba do Pinheiro? Foram quatro anos de falta de água no governo Marchezan; o Melo está invejando o Marchezan e quer também deixar as pessoas sem água no verão? É isso? Porque em caloteiro como Marchezan, ele está se transformando. O governo Marchezan era caloteiro, o governo Melo é caloteiro. Vai também faltar água na cidade, em todos os lugares? Não adianta depois irem lá no beco, na esquina, na vila dizer "ah, meu Deus, está faltando água, eu não sabia". Sabem, sim! Estão no governo é porque sabem. E mais do que isso, as pessoas com seu poder de compra destruído. Servidor do HPS, que salva vidas todo dia, socorristas do SAMU, que não medem esforços, com cinco anos de salário archoado, mas o nobre prefeito, numa canetada, deu reajuste de 14% para os contratos privados da Secretaria de Obras. Lá tem dinheiro – para as empresas, para os servidores não tem, nem um real! Mesmo assim, eles enchem de pedidos de providências. Quem é que resolve os pedidos de providências no DMAE? Os trabalhadores do DMAE, são eles que pegam a picareta, não é o presidente do DMAE. Quem resolve os pedidos de providências na saúde? São os trabalhadores da saúde, não são os comissionados. Com todo respeito, tem muitos comissionados que trabalham mesmo, é verdade, isso é verdade, mas é uma minoria. A maioria está rezando a cartilha do Melo, que é mais do mesmo. E o funcionalismo, sendo penalizado. As progressões estão todas atrasadas desde 2012, e aí ele dizia: "Não, eu tenho que reformar a previdência, para poder sustentar o futuro". Qual o futuro? O futuro dos contratos que o senhor deu, Melo? Quatorze por cento de reajuste –14% acima da inflação. O senhor acha que está certo? Vai para Europa, passeia e não traz uma empresa para nós, não traz um emprego para nós, não traz um programa de investimento para nós; fica oito dias e diz que vai trazer uma feira de inovação. Inovação mesmo é pagar o que deve para o servidor público, inovação é uma política real para a juventude. O que ele quer fazer com a juventude agora? Tirar o meio passe estudantil da maioria dos jovens, isso é tirar o direito à educação, prefeito. Eu acho que o senhor está errando feio. O senhor dizia, na campanha, que ia fazer diferente do Marchezan, mas está fazendo pior. Tem gente que está com saudades do Marchezan! Tem gente que está com saudades do Marchezan, a turma do PSDB é uma, está com saudades do Marchezan. Eu não tenho saudade, porque, para mim, é mais do mesmo, mas eles estão mal, eles estão contra a parede. Só que o seguinte, gente: uma cidade não

se faz sem o funcionalismo valorizado, se não valorizar quem está nas escolas dando aula, se não valorizar quem está na assistência recebendo o povo...E a gente sabe, não tem emprego, as pessoas procuram emprego, eles vão para a assistência pedir uma cesta básica, pedir um auxílio. O governo federal não cria, só reduz. Agora o governo federal quer, inclusive, mudar o nome do Bolsa Família. Olha que programa interessante, se olhar o programa de governo que ganhou a eleição federal em 2018, sabe o que é o programa de governo do Bolsonaro? Mudar de nome todos os programas do PT, esse é o programa do Bolsonaro, mudar de nome todos os programas do PT. Esse bolsa-auxílio, que ele chama Auxílio Brasil, nada mais é do que o Bolsa Família, que ele falava mal, dizia que era o “bolsa-pobre”, que não tem que dar comida, que não tem que dar o peixe, que tem que ensinar a pescar. Acontece que não tem mais nada para pescar, eles entregaram tudo para a iniciativa privada, entregaram para os *States*. Eles venderam tudo! E, para concluir, o último agora, vendilhão, Eduardo Leite, quer ser candidato a Presidente. Vendeu, pelo preço de um ano de faturamento a Sulgás, entregou para a iniciativa privada, por menos de R\$ 1 bilhão – o faturamento de um ano da Sulgás! Em quatro anos a Sulgás faturou quatro vezes mais do que durante o governo, e ele entregou o faturamento de um ano. Daí ele diz: "Estado mínimo, agora nós vamos ajeitar a saúde, a educação e a segurança". Hoje estavam aqui os policiais civis pedindo para serem nomeados. Faltam 40% de policiais civis no Estado do Rio Grande do Sul. Vocês não nos representam, não representam o povo que tem fome, e, se vocês não concederem o que é de direito do servidor público, vocês vão ter sérios problemas nesta cidade. Um grande abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e público que nos assiste pela TVCâmara. Eu gostaria de trazer hoje para debate um tema muito pertinente que já está tomando as Casas dos Legislativos em todo o Brasil, que é a volta às aulas presenciais obrigatórias no Brasil. Nosso Município ainda não se pronunciou com relação ao assunto, mas considero de extrema importância começarmos a falar. Por quê? Porque as minhas idas às escolas, nas quais eu tenho me deparado com a realidade das nossas comunidades, eu vejo as escolas abertas, mas as crianças na rua. Como já dizia o nosso vereador que aqui não está presente, mas tenho certeza que está nos acompanhando, Ver. Giovane Byl, o tráfico, a boca, continuam lá de braços abertos para os nossos jovens. Mas, quando a escola não é obrigatória, ela não se mostra o principal caminho onde as nossas crianças devem estar. Da mesma maneira são as creches, nas quais nós aqui, gestores do orçamento público, pagamos para cada vaga em creche, mas grande parte das nossas

crianças não estão indo às creches. Enquanto isso temos inúmeras mães buscando vagas em creches para conseguirem ir trabalhar.

Então, o debate da volta às aulas deve ser prioridade na nossa cidade, prioridade aqui nesta Casa, e não consiste apenas no Executivo, porque a volta às aulas com segurança vai transitar no Legislativo, será a segurança das nossas mães levarem as crianças para a sala de aula, muitas vezes precisando levar via ônibus. Agora temos pais e mães sem renda e vão precisar, sim, trabalhar no pacote de isenção, por vezes, para levar crianças à creche, e tudo isso vai transitar nesta Casa. Por isso, eu gostaria de pedir a atenção, tanto para o Executivo como para o Legislativo, para começarmos a olhar para as comunidades, olhar para as crianças e olhar para a educação como sendo, sim, um item prioritário para a nossa cidade. Presidente, agradeço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde Presidente Márcio Bins Ely; vereadoras e vereadores presentes. Quero usar este período de Comunicações para tratar de alguns temas importantes para a cidade Porto Alegre, a começar pela questão da Feira do Livro. Nós, felizmente, vamos ter o retorno da Feira do Livro, na Praça da Alfandega, a partir do final desta semana. Eu acho isso de extrema importância, trata-se da maior feira de literatura de céu aberto da América Latina. E a nossa Câmara de Vereadores esteve envolvida, nas últimas semanas, numa discussão sobre a Feira do Livro, da colocação ou não de um estante desta Casa na feira de Porto Alegre, o que ocasionaria um investimento de cerca de R\$ 50 mil, e não tivemos um número de vereadores inscritos que justificasse, na visão da Mesa Diretora, um investimento na feira. Eu acho essa decisão que a Mesa Diretora tomou muito ruim. Eu já tive a oportunidade de conversar com o Presidente Márcio Bins Ely, penso que a Feira do Livro seria uma oportunidade para esta Casa se aproximar do que há de melhor no debate literário e nas expressões culturais do Estado do Rio Grande do Sul. Era uma oportunidade, também, para a Câmara de Vereadores entrar em contato diário com o povo de Porto Alegre, um debate proposto por esta Casa e uma série de questões que são extremamente relevantes. Acho, também, que, pensando a destinação da verba que nós temos disponível para eventos externos, não há nenhum outro na cidade de Porto Alegre que justificaria tanto o apoio desta Casa como a Feira do Livro, que é um evento tradicional e que movimenta milhares de pessoas na nossa cidade e é parte, neste momento, da recuperação econômica de Porto Alegre, envolvendo sebos, livreiros, as pequenas livrarias, as pequenos editoras, editores que estão, hoje, sobrevivendo com muita dificuldade nos últimos anos enfrentando uma política neoliberal, que vem de Brasília, que tenta taxar os livros, restringir ainda mais a democratização da leitura no nosso País. Então eu acho lamentável que nós tenhamos tomado esta decisão, que a Mesa Diretora poderia ter revisto, mas, infelizmente, agora, a cinco dias do início da

feira, eu penso que já não tem mais condição de voltar atrás. Infelizmente, esta foi a situação neste ano.

Outro tema que eu gostaria de falar, e também me somar à mobilização que vem ocorrendo nos últimos dias para salvar a Orquestra Villa Lobos, é um projeto importantíssimo para a nossa cidade, um dos mais importantes eventos que a educação municipal já construiu nos últimos anos. Tem uma linha de continuidade formando jovens naquilo que é uma das atividades culturais mais importante que nós temos, que é a música. Vai da música clássica a grupos de samba, de pagode, e já saíram dali músicos de diferentes gêneros da cidade de Porto Alegre, é uma iniciativa sensacional e que, infelizmente, não está tendo o devido respeito e cuidado por parte da Prefeitura de Porto Alegre. Nós temos que ter uma solução imediata para o problema, hoje, da Orquestra Villa Lobos e a mobilização que está acontecendo, que já juntou milhares de assinaturas nos últimos dias, é a expressão de o quão querido é este projeto pela nossa população, especialmente na Lomba do Pinheiro, na Zona Norte de Porto Alegre. Nós precisamos urgentemente salvar a Orquestra Villa Lobos, fortalecer este projeto para que outros frutifiquem em outras regiões da nossa cidade.

Por fim, não poderia deixar de saudar a mobilização extremamente respeitosa que nós tivemos aqui em frente à Câmara de Vereadores hoje, extremamente necessária por parte não apenas dos partidos que estão nesta Casa engajados diretamente na luta contra qualquer manifestação racista ou nazifascista, PT, PSOL, PCdoB, mas também de outros partidos como Unidade Popular, PSDU, PCB, os movimentos sociais como MNU, Unegro, Afronte, União Estadual dos Estudantes, que vieram para frente da Câmara de Vereadores hoje para dizer que, nesta Casa, na cidade de Porto Alegre, nós não vamos aceitar qualquer manifestação de ódio. Não vamos aceitar. Esse tipo de ideologia não deve ser permitido nem aqui e nem em qualquer lugar da sociedade. Nós transmitimos também essa mensagem ao Presidente Márcio Bins Ely, que nos recebeu, tivemos uma boa reunião, para pensar medidas urgentes frente ao que aconteceu nesta Casa na última quarta-feira. Nós não podemos permitir que este seja o palco de manifestações que deveriam estar na lata do lixo da história, nazista, racista. Aqui e na cidade de Porto Alegre não passarão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra de assistir pela TVCâmara ou presencialmente; nós tratamos hoje, querida Ver.^a Mônica Leal, de um tema muito relevante com o Presidente Márcio Bins Ely. Quero agradecer a V. Exa., quero

agradecer em nome do PSOL, do PT, do PCdoB, da UP, do PCB, do Movimento Negro e das muitas entidades que estiveram, no dia de hoje, representadas na reunião com V. Exa. Tratamos, e eu agradeço ao Presidente Márcio Bins Ely, prezada Ver.^a Bruna Rodrigues, que tal qual o Presidente toma um chimarrão neste momento, de um tema que interessa, Ver. Leonel Radde, à história desta cidade.

Porto Alegre não é qualquer cidade, não é qualquer capital, Porto Alegre, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, é a cidade que em 1884, quatro anos antes da Lei Aurea, aboliu a escravidão numa legislação da Câmara Municipal. Porto Alegre é a cidade que foi a capital da República, politicamente, em 1961, no episódio da ilegalidade, Ver. Aldacir Oliboni. Porto Alegre é a única cidade que integrou dois vereadores cassados, Glênio Peres e Marcos Klassmann, em 1979, a única do Brasil em quase seis mil municípios. Porto Alegre, que criou o Orçamento Participativo, Porto Alegre do Fórum Social Mundial, Porto Alegre e as manifestações nazistas, fascistas e racistas, não dá para aceitar, não é a nossa cidade. O que aconteceu aqui, na última sessão, não é de Porto Alegre, nós não vamos aceitar isso, nós não vamos conviver com isso, nós não vamos conviver com o medo de as pessoas saírem à rua e poderem sofrer uma agressão dentro da Casa, como sofreram aqui. Nós não vamos conviver com o fato de que vêm pessoas aqui praticar crime de racismo, inclusive dentro do plenário e dentro da Casa, barbaramente. Ver.^a Laura Sito agredida, Ver.^a Bruna Rodrigues, Ver.^a Daiana Santos, Ver.^a Karen Santos, Ver. Matheus Gomes, nós não vamos conviver com isso, nós não vamos aceitar que esses fascistas, racistas e nazistas venham atacar os representantes do povo de Porto Alegre, as representantes do povo de Porto Alegre, porque acham que não pode ter vereadora negra ou vereador negro aqui, Ver. Claudio Janta. É por isso que vieram sob o argumento do passaporte vacinal. Aliás, deveríamos ter esse passaporte vacinal por lei em Porto Alegre. O que aconteceu aqui, na última sessão, é algo que envergonha profundamente a cidade e nunca mais pode acontecer. Para nós é algo humilhante. A mesma Porto Alegre, local de tantos episódios heroicos e gloriosos, passar por esta vergonha de vir aqui este bando de nazistas, fascistas, racistas atacar as pessoas com seus cartazes, seus xingamentos, seus socos e pontapés... Ali está uma pessoa que eu ajudei a levantar do chão, o Alexandre, que trabalha com o Ver. Claudio Janta, foi derrubado dentro do plenário, eu ajudei a levantá-lo. O Ver. Márcio Bins Ely conhece bem o Alexandre, foi derrubado, eu ajudei a levantar, eu sou bem mais velho que o Alexandre, mas ele não é criança. Não é possível ser derrubado assim, ninguém poderia ser, e, por consciência, um homem negro. Não é por consciência, a única pessoa derrubada no plenário foi um homem negro, não é consciência. Ele não é do PSOL, não é do PT, não é do PCdoB, mas foi derrubado ali e fui ajudar. Então nós não podemos, na nossa cidade, conviver com isso. Nós temos que tomar medidas importantes, e aqui volto ao Ver. Márcio Bins Ely, nós vamos precisar, sim, do trabalho de V. Exa., que, aliás, tem sido exemplar em todos os sentidos nesta presidência, porque nós, todos nós, mulheres, homens, jovens, velhos, que temos compromisso com a cidadania, não vamos aceitar que a mesma cidade cidade que tantas glórias deu ao Rio Grande e ao País vá se transformar também na capital das manifestações racistas e nazistas, dentro do Parlamento Municipal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Pedro Ruas, queria, em nome da bancada do PT, parabenizar pela sua posição política num momento de extrema preocupação que o Parlamento Municipal deveria ter, e não foi diferente nossa reunião com o Presidente da Casa, para que ele, como Presidente, restabeleça as normas discutidas tanto na Mesa quanto na nossa reunião de Mesa e lideranças, à medida que essa Casa possa ter, como tem na Assembleia e em outros parlamentos, uma posição firme e coesa sobre a exigência do passaporte sanitário, na medida em que o próprio governo do Estado exige para grandes eventos na cidade. Tudo se deu em função disso, porque nesta Casa existe alguém que é contra a vacina, que é contra o passaporte vacinal, que trouxe para dentro do Parlamento pessoas que, inclusive, não usavam máscara, não fizeram a vacina, expondo os vereadores à possibilidade de contrair o coronavírus. Isso não é brincadeira, isso é sério. Essas pessoas deveriam ser responsabilizadas pelo que aconteceu aqui, e o fato de não retirarem esse povo de dentro do plenário causou uma reação espontânea para retirá-los, inclusive com apologia ao nazismo – onde estamos? Racismo, fascismo. O senhor tem toda razão, na medida em que cobra da Câmara uma posição e que, com certeza, os vereadores que tiverem um pouquinho de bom senso vão perceber que isso nem na época da ditadura acontecia. E agora, infelizmente, o Parlamento Municipal foi manchete nacional por causa desses negacionistas que vieram aqui, sem ordem, sem pudor, agredir vereadores e vereadoras. Parabéns pela sua posição!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Oliboni.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pedro Ruas, quero cumprimentá-lo pelo Grande Expediente, mas também pela postura exemplar, como líder da oposição. Hoje nós tivemos um grande momento com o Presidente desta Casa, denunciando aquele episódio muito triste que aconteceu na quarta-feira, quando nós tivemos a presença de pessoas que, não só tumultuaram o ambiente, mas fizeram com que esta Casa fosse palco nacional de uma grande afronta à democracia, em que vereadoras que estavam do lado de dentro do plenário foram atacadas de forma desrespeitosa, racista. E nós, a partir da bancada de oposição, também exigimos um posicionamento firme da Câmara de Vereadores para que episódios como esse não aconteçam mais. É inadmissível que a capital do Orçamento Participativo, da participação popular, seja hoje uma das capitais mais conservadoras desse País. É inadmissível que, enquanto a gente debatia aqui a necessidade de algo que é tão simples... Eu cheguei em casa, Ver. Ruas, e a minha mãe me perguntava por que brigavam por algo que é tão natural? A população está vacinada; portanto, o passaporte é um protocolo de quem deseja uma cidade mais segura, mais tranquila, onde esse novo normal possa se restabelecer. Mas aquele episódio é parte de um grande projeto que escolhe o negacionismo e que tem no seu centro a negação à vacina, à fome, ao desemprego e pela manutenção dos privilégios de alguns. Parabéns pelo teu posicionamento. A bancada do PCdoB não podia deixar de fazer um aparte. Obrigada, Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu que agradeço, Ver.^a Bruna Rodrigues, pelas palavras e pelo conceito.

Para nós, este momento ficou marcado de forma indelével, duríssima, porque, vejam bem, vereadoras e vereadores, nós não escolhemos nossos colegas – o povo escolhe. Eu aprendi, desde muito cedo, que quem está aqui representa o povo; portanto, não é escolha nossa. Talvez, cada um de nós escolhesse meia dúzia dos que estão aqui, imagino isso. Mas o povo escolheu, e nós temos que nos respeitar. Acho que a divergência faz parte do processo, evidente, é natural a divergência. A Ver.^a Mônica Leal gosta de um exemplo – eu também gosto – de que nós sempre divergimos ideologicamente, e tenho uma relação com a Ver.^a Mônica Leal como se fosse uma verdadeira irmã, tenho essa relação, sinto-me muito honrado com isso. E divergi também de Sua Excelência, o Ver. Pedro Américo Leal, divergimos tanto que levávamos para as rádios o programa Pedro versus Pedro, sem combinar nada, divergência legítima, respeitosa. A questão do respeito é fundamental, é indispensável. É natural que tenhamos divergências, mas não é natural e aceitável que as pessoas venham aqui, com um símbolo nazista, fazer manifestações racistas, não apenas porque são vereadoras e vereadores, se não o fossem, também não poderiam ser feitas. Eu dei como exemplo o Alexandre, que não é vereador – não poderiam fazer isso, não têm o direito. Racismo é crime, não é uma questão de opinião, não é de interpretação, é um delito imprescritível, inafiançável. Essa é a questão, Ver. Matheus Gomes, imprescritível e inafiançável! E nós chegaremos, sim, a esses criminosos, nós chegaremos! Nós já buscamos a Polícia Civil, nós buscamos o Ministério Público. Nós sabemos que há vereadoras e vereadores – digo isso com o maior respeito – que pensam diferente, é um direito pensar diferente. Nem é um debate para ser feito, agora, aqui, todo o tempo, só de tribuna, a vida inteira; não, mas essa é a primeira sessão depois dos episódios. E nesta sessão, esta manifestação se torna necessária, extremamente necessária. Nós vamos também ao prefeito, porque é a cidade que ele governa, e ninguém está acusando o prefeito de racista, mas nós queremos que ele saiba o que está acontecendo. Essas pessoas que vêm aqui, Ver.^a Bruna Rodrigues, já estavam identificadas na Assembleia; não podem entrar na Assembleia, Presidente Márcio Bins Ely, não podem entrar! Por que aqui podem? Não podem entrar, são identificadas lá e não podem entrar, não podem ter acesso à Assembleia porque lá cometeram delitos, ofenderam pessoas, agrediram outros. Tem uma pessoa circulando hoje na Casa, o Ver. Matheus Gomes conhece, o Ver. Radde conhece bem, que foi o que fez a dramaturgia da Ku Klux Klan, enforcando um homem negro. Vocês sabem onde ele está hoje, nesse País inteiro? Dentro da Câmara de Vereadores, agora, neste momento. Aquele que fez a dramaturgia da ku klux klan, enforcando um homem negro, está aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre, dentro da Casa neste exato momento, neste segundo, agora, enquanto estou na tribuna. Mas o que é isso? É apologia ao crime e impunidade absoluta? Ele, dali onde está, daqui a pouco está dentro do plenário, como estavam outros identificados dia desses, dentro do plenário, panfletando vereadores, um dos agressores de quarta-feira, na segunda-feira estava aqui, Ver. Márcio Bins Ely, dentro do plenário, ali no microfone de apartes, passando por aqui.

Concluindo, agradeço novamente a Vossa Excelência, que foi um Presidente, na acepção exata da palavra, nos recebeu; tenho certeza de que tomará as providências, mas quero deixar claro que nós, por obrigação, mas também por uma profunda convicção, por um compromisso de vida, nós vamos até o fim.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pedro Ruas, quero parabenizá-lo, primeiro, porque chocou muito a sociedade porto-alegrense, inclusive repercutiu nos principais jornais do País, essas agressões que, de conjunto, expressam diferentes tendências do racismo, no Brasil e no mundo. E o combate ao racismo não é uma tarefa apenas de nós, negras e negros, é uma tarefa de todo cidadão de Porto Alegre que quer ver uma cidade mais igualitária e democrática; por isso que a fala de Vossa Excelência na tribuna, denunciando a violência racial, para nós é fundamental. Nós precisamos dessa postura do conjunto dos vereadores, sejam eles negros ou não.

É preciso que a gente reflita sobre os valores humanitários que nós precisamos discutir aqui; o combate ao nazismo como uma ideologia extremamente reacionária vem do final da 2ª Guerra Mundial como um pacto entre diferentes campos políticos – essa é a verdade. E nós estamos vendo, nos últimos anos, o ressurgimento dessas ideias de diferentes formas. E já há uma série de estudos, já há pesquisa suficiente para identificar cada um desses grupos. O Rio Grande do Sul, infelizmente, é o Estado com maior número de células neonazistas em atividade nesse momento. E aquele dia na tribuna, vereador, nós também tínhamos um homem, vestindo uma camiseta com a bandeira de Gadsden, que é da principal tendência do neonazismo nos Estados Unidos. Isso é uma articulação que extrapola os limites da nossa cidade, no nosso Estado e do País; por isso que é de extrema gravidade e precisa ter medidas efetivas e urgentes, por parte, não só da Câmara de Vereadores, mas da sociedade civil de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Meus parabéns pela sua intervenção.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Matheus Gomes, seu aparte honrou muito meu pronunciamento. Agradeço o Ver. Márcio Bins Ely pela paciência e pelo tempo, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, quero saudar nosso Presidente da Câmara, Márcio Bins Ely; saudar os colegas vereadores, saudar os colegas da bancada do PTB, Ver. Hamilton, Ver. Byl; saudar também a Ver.^a Camila Nunes, filha do Bibó Nunes, que está assumindo hoje; saudar o público que nos assiste. Eu venho a esta tribuna para falar sobre a prevenção do suicídio. Eu sei que o Setembro Amarelo já passou, mas a prevenção do suicídio deve

ser discutida o ano inteiro. É necessário acabarmos de vez com este tabu de que não se pode falar sobre esse assunto; precisamos, sim, falar sobre o suicídio, mas da forma correta, falando sobre os fatores de risco, fatores de proteção, como ajudar, sinais de alerta, principalmente falar sobre a saúde mental.

Na verdade, mais do que falar sobre o suicídio, precisamos também falar sobre a questão da resiliência e da superação. Sabemos que vários casos de suicídio poderiam ter sido evitados se tivessem sido falados da forma correta, sem julgamentos; portanto, é importante debatermos à exaustão este tema, a fim de minimizarmos os números, os casos de suicídio no País. Os dados são alarmantes! Pasmem com o que eu vou dizer agora: entre 800 mil e 1 milhão de pessoas cometem suicídio no mundo. O suicídio é a segunda causa mais frequente entre jovens de 15 a 29 anos; mas não só os jovens são grupo de risco, porque muitas vezes a gente acha que somente um jovem é a nossa preocupação, mas o público idoso, acima de 60 anos, também é uma outra faixa etária de risco. A cada 40 segundos, uma pessoa é vítima de suicídio no mundo; a cada 45 minutos, uma pessoa é vítima de suicídio no Brasil. Conforme estudos, de 90 a 95% dos casos sempre está relacionado com alguma doença mental, sendo a principal delas a depressão, depois outros casos, como transtorno do humor e dependência química. Então, trata-se de um problema sério de saúde pública, e é vital nós desenvolvermos estratégias de promoção e qualidade de vida.

Como presidente da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio e Automutilação, no mês de setembro, nós realizamos diversas ações que eu gostaria de compartilhar. No dia 1º de setembro, nós estávamos realizando uma ação de conscientização aqui, na Câmara de Vereadores, para todos os servidores desta Casa, entregando um *pin* com o símbolo do laço na cor amarela e um *folder* também com algumas informações. No dia 10 de setembro, que foi o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, também estivemos no centro da cidade, perto do Paço Municipal, em frente ao Mercado Público, também entregando *pins* e *folders*. Fizemos também uma série de solicitações ao prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, como, por exemplo, a colocação de publicidade na parte traseira dos ônibus do coletivo municipal de Porto Alegre, da Carris, com a divulgação do Setembro Amarelo. Foram colocados 20 *busdoor* nos ônibus de Porto Alegre. Solicitamos também ao prefeito a criação de um comitê municipal de promoção à vida e de prevenção ao suicídio com os integrantes do Executivo, do Legislativo e outros órgãos afins. Solicitamos também ao prefeito algumas palestras para os servidores da Prefeitura sobre a valorização da vida – o que já foi atendido pela Escola de Gestão. Foi realizado uma palestra no dia 22 de setembro, de uma hora e meia, com o título: *Setembro Amarelo, Precisamos Falar sobre Saúde Mental*. Também pedimos ao nosso prefeito que fosse realizado uma capacitação aos professores da SMED, da rede escolar – o que também já foi atendido. Foi realizado, no dia 13 de setembro, às 19h, uma *live* sobre Setembro Amarelo, *A Escola como Espaço de Prevenção ao Suicídio*. Também pedimos ao prefeito que os servidores, durante o mês de setembro, usassem roupas ou *pins* na cor amarela. Por fim, também pedimos ao nosso prefeito que os relógios que estão localizados em vários pontos da cidade tivessem essa divulgação do Setembro Amarelo, e foi colocado essa divulgação em 60

pontos da cidade. Salientamos também que realizamos, pela Frente Parlamentar, no dia 5 de setembro, uma caminhada no Brique da Redenção com o tema *Juntos pela Vida*, foi a primeira caminhada em Porto Alegre de prevenção ao suicídio.

Eu quero dizer o meu muito obrigada ao prefeito da capital, Sebastião Melo, que esteve presente nessa caminhada, a sua esposa Valéria, o secretário de Saúde, Mauro Sparta, o diretor do Procon, Wambert, outras lideranças do PTB, e tantos outros amigos entorno da cidade de Porto Alegre, como Alvorada, Barra do Ribeiro, Guaíba, Novo Hamburgo, Eldorado do Sul, Canoas e Nova Hartz.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Colega, Ver.^a Tanise, primeiro, eu a parablenizo pela iniciativa de discutir aqui um tema tão importante como é a questão da saúde mental em Porto Alegre. Nós sabemos que, infelizmente, vários governos não priorizaram o atendimento médico, ou a porta de entrada para os cidadãos e as cidadãs que buscam atendimento em saúde mental. Temos, como experiência, o Postão da Cruzeiro, que, eu diria, é a porta de entrada do SUS, além de algumas emergências hospitalares, inclusive, muitas delas fechadas. E falta muito, eu diria, a atenção às pessoas e darem o atendimento nessa atenção básica, que passa a ser a referência de encaminhamento para contrarreferência nos prontos atendimentos ou hospitais de Porto Alegre. As vagas existentes são insuficientes, tanto é que os pacientes que ficam no Postão da Cruzeiro, às vezes, levam uma semana para serem colocados na rede de atendimento. Portanto, é muito oportuno o tema que tu trazes, nós já tivemos a reunião, o secretário de Saúde se comprometeu em ampliar essa política, esperamos que, de fato, isso aconteça na nossa cidade. Parabéns pela iniciativa. Muito obrigado.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Obrigada, vereador, meu colega da COSMAM também, estamos juntos nesse tema da saúde mental.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Em primeiro lugar, quero saudar a tua iniciativa e te parabenizar. Acho que é necessário também trazer este contexto: pensar na saúde mental, pensar numa rede de atenção que é muito ampla. Em tempos como este, de pós-pandemia, com sequelas neurológicas, onde vemos a necessidade ainda maior de um cuidado, se faz mais do que urgente ampliar isso. Obviamente, eu me somo ao que o Ver. Aldacir Oliboni traz. Acho que a gente precisa pensar numa perspectiva e efetivar essas políticas que falam já dessa realidade, mas também desse novo momento, pensando, estruturando e fomentando aquilo já tem, obviamente dando essa base sólida para que a gente venha ser bem-sucedida em algo que é essencial. Quando se fala em saúde integral, necessariamente, precisa-se trabalhar a saúde mental, isso com crianças, adolescentes e também na terceira idade. Mas penso que principalmente, neste período, é necessário que a gente olhe com muita atenção, Tanise, a inserção de psicólogos, assim como também assistentes sociais nas escolas – isso é fundamental. A gente está

falando do desenvolvimento de algo que é muito, muito distante, porque não são todas as pessoas que têm acesso a esse cuidado, mesmo para aqueles que têm, ainda, a possibilidade do acesso com um custo mais baixo, isso é distante da realidade da população. Nós sabemos que para toda uma construção de um indivíduo se faz fundamental o tratamento da saúde mental. Finalizo, trazendo que essa é uma das pautas que deveria ser prioritárias nesse conjunto de situações tão vulnerabilizadas, que colocam a população à mercê de política pública de saúde, por exemplo, a porta de entrada do SUS, através, obviamente, da saúde pelos postos de saúde, óbvio, pela Atenção Básica, mas também pensando naquilo que tange de CRAS, CREAS e toda essa rede de atenção, onde profissionais sobrecarregados tentam, de toda a forma, dar conta disso, que é um responsabilidade muito maior do que esse pequeno núcleo. Então saúdo essa tua iniciativa, nos somamos, obviamente, a isso por saber da importância que tem o cuidado da saúde mental da população.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Obrigada, Ver.^a Daiana Santos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, eu quero apenas registrar a importância do tema que V. Exa. nos traz e fazer com que esta Casa seja um tambor de repercussão de uma situação tão grave, uma verdadeira tragédia na área da saúde, que, via de regra, fica escondida embaixo dos panos. Eu tive uma vez uma informação chocante de que, depois de Estocolmo, na Suécia, a cidade que mais tinha suicídio no mundo per capita era Venâncio Aires, aqui ao lado. E eu não entendi e não sei até por que isso acontece.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): E é a terra da longevidade.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O que sei é que nós temos que debater o tema, e V. Exa. traz isso com muita propriedade. Parabéns, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, e conte com o nosso apoio. Obrigado.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Obrigada, Ver. Pedro Ruas, e a todos que fizeram os apartes. Ver.^a Daiana Santos, sobre a colocação dos psicólogos, eu já usei esta tribuna falando sobre isso. Eu sou vereadora da base, mas acho muito complicado o nosso prefeito ter aberto concursos para apenas uma vaga de psicólogo, é um absurdo, mas, enfim. Continuando, também gostaria de dizer ao nosso Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely, obrigada pela parceria. O Presidente Márcio e a nossa Mesa diretiva conseguiram iluminar a Câmara de Vereadores por 15 dias, no mês de setembro, na cor amarela. Tivemos também aquela divulgação do *outdoor* ali fora, do Setembro Amarelo, e agora está com a divulgação do Outubro Rosa. Tivemos também uma pauta na nossa COSMAM, no dia 14 de setembro, sobre a questão do Setembro Amarelo.

Eu quero ainda, neste momento, falar – aqui eu vejo também pais e mães vereadores, colegas que tem filhos jovens – sobre alguns sinais de alerta que devemos estar atentos em relação aos nossos filhos. O primeiro deles é a mudança significativa de comportamento ou personalidade, como agressividade, irritabilidade, apatia e pessimismo – esses são sinais que devemos ficar alerta porque pode ser algum indicativo de que a pessoa não está bem. Então, queda brusca do rendimento escolar, isolamento, baixa autoestima, excesso de ansiedade, abuso de álcool e drogas, histórico de transtorno mental, como esquizofrenia, bipolaridade, depressão e um desejo súbito de concluir, organizar as coisas, deixando mensagens a amigos e parentes. As estatísticas e os estudos demonstram que dois terços das pessoas que realizaram suicídio avisaram, de alguma forma, na semana anterior a que fizeram esse ato. Quando isso ocorre, a pessoa avisa de alguma forma, e a rede de apoio precisa atuar para não deixar a pessoa desacompanhada, não jurar segredo sobre o que ela vier a falar e procurar uma ajuda imediata.

Mas há aqueles que ainda não falam, que não dão sinais, esses são os casos mais difíceis, a pessoa chega, inclusive, a negar essa ideia suicida quando questionada, mas não deixa de ter um comportamento incomum. O indivíduo geralmente fica mais isolado, retraído, pode pedir demissão ou separação, pode vir a passar por uns períodos longe, alguns lugares diferentes, distante, e a família precisa suspeitar. Eu sempre digo que é melhor pecar pelo excesso nesses casos e buscar uma ajuda profissional. Tem pais e mães que me dizem: “Mas que tristeza, imagina, o meu filho está com sofrimento, está com pensamentos suicidas, e eu interná-lo, uma internação psiquiátrica. Que triste isso, internar o meu filho numa instituição psiquiátrica”. Mas eu acho que a tristeza maior seria enterrar um filho que morreu por suicídio. Então, eu quero deixar também aqui toda a minha solidariedade, apoio às famílias enlutadas que perderam algum familiar, amigo devido ao suicídio. A dor é muito grande quando perdermos alguém dessa forma.

Podemos também ter consciência do que não falar, o que não fazer em relação ao suicídio. Aqui, eu gostaria de dar alguns exemplos. Aos profissionais da mídia, não destacar esse tipo de notícia, por exemplo, colocando na primeira página, não divulgar o local, a carta de despedida, o método utilizado do suicídio, ou colocar o suicídio como resultado único desta pandemia, jamais compartilhar fotos ou vídeos desse suicídio; ao amigos e familiares, pedimos para não falar como se fosse um ato corajoso ou de covardia, não relacionar o suicídio como falta de fé, ou falta de Deus na vida, não colocar o suicídio como bem-sucedido, ou entender que a pessoa teve paz, e não mostrar, não entender o suicídio como uma saída, porque nunca é uma saída. O suicídio é sempre um pedido de ajuda. Na verdade, a pessoa não quer morrer, ela quer desesperadamente viver. Alguém pode estar se perguntando o que leva uma pessoa a realizar o suicídio; na verdade, não tem uma causa única, ele é multifatorial, ou seja, são múltiplos fatores. Mas percebe-se os quatro Ds, como falamos na área da psicologia, que são a depressão, a desesperança, o desamparo e o desespero, geralmente esses quatro Ds estão presentes.

Vários estudos mostram também que uma pessoa que realizou o suicídio estava tentando sair de uma situação difícil, desagradável, tinha uma ilusão de ir para um lugar melhor, ou talvez até desilusão em alguns relacionamentos interpessoais, perdas financeiras, doenças mentais, radicalismo religioso, um abuso físico ou sexual pode estar relacionado, isolamento social, desemprego, aposentadoria também, violência doméstica, *bullying*, enfim, são tantas causas que podem estar envolvidas. Mais uma vez, eu quero reafirmar: as pessoas não se matam por escolha, sempre é um pedido de ajuda. Na verdade, como já falei, em muitos casos os suicídios estão relacionados com alguma doença mental.

Diante dessa situação, é preciso também mencionar algumas coisas que não se pode fazer quando se está diante de uma pessoa que está pensando em suicídio. Nós nunca podemos ignorar essa situação, ficar chocado, envergonhado, entrar em pânico, desafiar a pessoa a realizar o suicídio como dizer: “Ah, se tu és corajoso, tu te matas” – jamais dizer isso. Jamais fazer o problema parecer ser sem importância, jurar segredo, ou comparações com outros casos, como, por exemplo: “ O Fulano está pior que tu e não está pensando em suicídio”. Então são exemplos e situações que não podemos fazer em hipótese nenhuma. Nós não podemos minimizar a dor do outro, porque nunca sentiremos da mesma forma que o outro, cada um tem a sua estrutura psíquica, o seu funcionamento mental.

Antes de encerrar, quero parabenizar também o trabalho do Centro de Valorização da Vida – CVV, que trabalha fortemente na prevenção do suicídio. O CVV é uma ONG que conta hoje com cerca de 4 mil voluntários em mais de 120 postos, 120 locais que prestam serviço gratuito, 24 horas por dia, nos 365 dias do ano; são em média 10 mil atendimentos por dia em todo o Brasil, de uma forma sigilosa e sem julgamentos. Os voluntários do CVV buscam aquele que busca esse serviço com respeito, aceitação, confiança e compreensão, valorizando a vida e conseqüentemente prevenindo o suicídio. Os contatos com o CVV são feitos pelo telefone 188, importante gravar esse número, 24 horas por dia, pode ser pessoalmente nos mais de 120 postos no Brasil ou pelo *site* www.cvv.org.br, ou por e-mail. Importante referir que o CVV, neste último mês, em setembro, completou 50 anos no Estado do Rio Grande do Sul. São 50 anos de trabalho realizando esse apoio emocional e prevenindo o suicídio. Mais uma vez, parabéns ao nosso CVV!

Para concluir, Sr. Presidente, convido os nobres **pares**, colegas vereadores, a família porto-alegrense, a sociedade como um todo para, juntos, combatermos esse mal e evitarmos que mais vidas sejam perdidas. Como já falei, na verdade, uma pessoa que está pensando em suicídio não quer morrer, ela quer desesperadamente viver. Que Deus abençoe a nossa Porto Alegre! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Apregoo requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em

votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1029/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 038/21, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2022. **(SEI 118.00302/2021-94)**

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0898/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 031/21, que revoga a al. *d* do inc. I do art. 3º da Lei nº 12.865, de 3 de setembro de 2021. **(IMESF/Plano Plurianual/2022-2025) (SEI 118.00275/2021-50)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; membros desta Casa, uma boa tarde a todas as pessoas que nos assistem através da TVCâmara, através da Radio Câmara, das redes sociais, das plataformas sociais. Iniciamos esta semana discutindo o orçamento do Município, que vem com uma parte significativa destinada à educação, à questão da mobilidade urbana e à saúde. Saúde que preocupa a todos nós, saúde que todos nós precisamos, necessitamos e todos nós estamos atrás, é o bem maior que temos. Saúde essa que vem sendo colocada em xeque, saúde essa que vem sendo colocada a perigo quando as pessoas enaltecem que não é preciso tomar vacina. Quando a pessoa diz que não quer o passaporte, a pessoa diz que não quer tomar vacina porque não tem problema nenhum. Eu fui levar a minha filha no teatro infantil, no fim de semana, e me pediram o passaporte, estava lá, botei no celular, minha mulher botou no celular, entramos, tudo tranquilo, os pais todos botaram no celular. Volto a dizer, só é contra o passaporte quem quer lotar as filas do Sistema Único de Saúde, só é contra a vacina quem quer lotar as filas do Sistema Único de Saúde. Aí criam as lendas urbanas. A última *fake news*: quem toma vacina pega AIDS. É, Ver. Moisés, é a última delas, maravilhosamente escolhida: quem toma vacina pega AIDS. Essa foi propagandeada, tanto que hoje tem vários pareceres de tudo quanto é tipo de médicos, cientistas, dizendo que isso é a maior atrocidade do mundo. Desde que o mundo é mundo, desde que a AIDS surgiu, só pega de três formas: transfusão de sangue, uso de agulhas ou sexo. Agora descobriram que

quem toma vacina pega AIDS. A única forma de alguém pegar AIDS tomando a vacina é tendo usado a mesma agulha o tempo inteiro. Depois é quem tem AIDS e toma a vacina morre. Quem tem AIDS toma a vacina morre; quem tem problema de circulação toma a vacina perde a perna. Tudo lenda urbana. O que acontece é que quem não toma a vacina está lotando o Sistema Único de Saúde. Quem não toma a vacina está lotando os hospitais, está lotando os hospitais na Eslovênia, na Eslováquia, na Itália, na Austrália, na Romênia, no Reino Unido, principalmente, onde o Primeiro Ministro disse que só não é maior o número de pessoas internadas porque tomaram a vacina. E aí as pessoas querem que aumente novamente o número de internação nos hospitais, querem que novamente a gente volte a ter um controle de acesso aos locais, querem que novamente nós voltemos a ficar em casa, querem novamente que a economia pare, porque defendiam o *kit* covid, defendiam a cloroquina, a ivermectina, e toda a tina que existe, defendiam.

E eu defendo aqui, com veemência, a questão paciente-médico. Volto a dizer o que já falei aqui: se o meu médico disser para mim que tenho que botar o dedo no ouvido, que vou ficar bom, eu vou botar o dedo no ouvido. Agora o que não pode é as pessoas acharem que 600 mil mortes não é nada, o que não pode é as pessoas acharem que está certo o aumento que está tendo de pessoas não se vacinando da poliomielite, por exemplo. Aumentou drasticamente o número de pessoas que não se vacinou. O pior, aí o da poliomielite é pior ainda, é um pai ou uma mãe que não leva o filho para tomar a vacina porque botaram na cabeça dele que, se tomar a vacina, vai ficar doente. E aí vai lá para o Sistema Único de Saúde, vai lá para o orçamento, porque vai ter que aumentar o orçamento na saúde, vai ter que aumentar o orçamento na assistência social. Que mundo é esse em que nós vivemos? Agora aqui se criou uma nova tese, falando do mundo que vivemos, a lei brasileira, a Constituição brasileira, a lei federal diz: no Brasil, é proibido usar símbolos nazistas. “Não, não era isso, a suástica não quer dizer isso”. Ver. Mauro Pinheiro, a suástica que estava ali não era, era decoração de bolo; a suástica que estava ali não queria dizer que era nazismo, queria dizer que era Buda, reencarnação de Buda, queria dizer que era... Suástica é suástica! Que nem a cruz é vinculada ao cristianismo. Flor de lótus é flor de lótus, é vinculada ao budismo, e assim vai. Nada no mundo significa mais um sistema que ceifou seis milhões de vidas do que a suástica, nada significa mais do que a suástica! Não tem nada no mundo, aí pode dar o discurso que quer, que não era isso, era uma senhora. Mas pelo amor de Deus! Existem senhoras que cometem crime também, existem idosos que cometem crime, ela pode ter sido induzida a cometer o crime, pode covardemente alguém ter dado o cartaz a ela por ela ser uma senhora. Isso se chama crime premeditado. E o que estava escrito nas camisetas? Ah! Não, isso é... Claro, acham que todo mundo é idiota, que não sabe ler em inglês. Só podem pensar isso. Só podem pensar que aquele vereador que está na tribuna, aquele barbudo, gordo, aquele sindicalista não sabe ler em inglês, não sabe o que está escrito na minha camiseta. Está na lei, é proibido na República Federativa do Brasil usar a suástica, seja em bolo, seja em bandeira, seja em camiseta, seja em faixa no braço. Agora vem para cá tentar justificar o injustificável, não existe, e prevê de três a cinco anos de prisão. Está na lei,

então mudem a lei. É como a vacina, fizeram um ato, não vi nada do ato, no fim de semana, contra o governador, no Parcão, tinha isso, aquilo, vamos lá, e tal. Estavam lá no Parcão. Quanto? Meia dúzia de gatos pingados sem a vacina. Não vejo ninguém vir aqui e dizer que quer uma fiscalização, e eu digo isso: exijo da Brigada Militar, exijo da Polícia Federal, exijo da Polícia Civil, da Guarda Municipal, do governador, do prefeito, que comecem a ter tolerância zero com essas festas que ocorrem à noite em Porto Alegre. Estão lá pessoas sem máscara, sem controle nenhum, todo mundo sabe onde são essas festas, todo mundo sabe onde ocorrem essas festas, depois vão lá para o Sistema Único de Saúde, depois vem no orçamento mais dinheiro para a saúde. Mas não é dinheiro para as pessoas na Europa, que estão deixando de fazer cirurgia do câncer, não é dinheiro lá na Europa para pessoas que estão deixando de fazer cirurgia cardíaca porque as UTIs estão ocupadas de novo, ou isso aqui é *fake news*? Está em todas as redes de TV, jornais, rádio, está em tudo quanto é lugar o número alarmante de internações que aumentaram na Europa em função de pessoas inconsequentes, irresponsáveis que usam a desculpa do direito individual sobre o coletivo. Se fossem, volto a dizer, se estivessem convictos do que falam, se estivessem convictos do que dizem, não usariam cinto de segurança no carro. “Isso é uma arbitrariedade, partindo do pressuposto que pedir vacina é igual a um campo de concentração nazista, é igual a um controle fascista da Itália de Mussolini”. Então, poderiam estar fumando aqui dentro deste plenário porque a lei proíbe de fumar aqui dentro, em restaurantes, em ônibus, em tudo quanto é lugar. Hoje quem quer fumar é um proscrito, Ver. Pedro Ruas, eu parei de fumar para deixar de ser proscrito, tem que fumar na rua, os vereadores que fumam saem para fumar na rua, lá no fumódromo, tem um fumódromo aqui. As pessoas também deveriam ter coragem de sair à noite, ir jantar, ir a uma festa, tomar os seus gorózinhas, tomar seu vinho, sua cerveja, sua cachacinha, o que quiser tomar, e pegar o seu carro, contestar a multa depois, ir lá no Detran, pedir o carro de volta. São coisas de civilidade da população, são coisas de civilidade do ser humano, que coloca sempre a vida em primeiro lugar.

Quero que as pessoas que dizem que não têm que tomar vacina, porque têm anticorpos, entendam uma coisa, esse papo de vocês está levando a diminuir a vacinação de outras coisas importantes, como a poliomielite. A poliomielite leva as pessoas a diminuírem a vacina do sarampo, da caxumba. Então eu acho que tem que ter muita responsabilidade para não aumentar anualmente o orçamento na área da saúde, quando se diz que as pessoas não têm que se vacinar. Vacina salva vidas. A vacina existe no mundo desde a primeira chaga para salvar vidas. Então nós não podemos querer que as pessoas não tomem a vacina somente por questões ideológicas. Cientificamente está comprovado, se nós não tivéssemos as vacinas, as nossas UTIs, os nossos hospitais estariam lotados, a nossa economia estaria parada, esta Casa estaria funcionando como fizemos mais de meio ano, de modo *on-line*. Então, viva a vacina e que as pessoas tomem a vacina. Não tenham medo. Quem tem problema de trombose, quem tem Aids, quem tem doenças venéreas, quem tem qualquer tipo de doença cardíaca, doença de pulmão, tomem a vacina. A vacina não vai acelerar o metabolismo

da sua doença, pelo contrário, talvez ajude na sua doença. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos assiste pelos veículos da Câmara e que sempre está atento ao que está acontecendo na cidade. Aqui estamos tratando do IMESF, mais uma vez. Vocês sabem, vocês que precisam de postos de saúde, se chama hoje de unidade de saúde, mas a gente conhece como postinho. É lá que a gente vai para construir cidadania. O direito à saúde é um direito humano e este governo está tirando esse direito. Este governo centraliza os serviços de saúde, este governo é o governo da fotografia. O prefeito vai num lugar da cidade, tira uma fotografia e volta. É assim, só foto, só cenário. E a moldura é a moldura da desgraça, desse retrato diário. O Facebook do prefeito é uma maravilha, parece que o Melo é um artista, tira foto de um jeito, de outro jeito, de lado, de perfil, de frente. Agora, o fato é que hoje, nesta cidade, estão demitindo agentes comunitários de saúde. É, acredite se quiser e se puder, cidadão. Porto Alegre, com 1,5 milhão de habitantes, tem hoje 545 agentes comunitários de saúde. E o prefeito resolveu demitir! Agora, pergunto: isso é ideia do secretário de Saúde, o douto secretário, ou é ideia do prefeito? O prefeito sabe que ele está fazendo isso? Porque, se o prefeito sabe, ele está atacando a saúde. Atenção à saúde da família! Estou aqui com o querido colega Patrick, morador da Ponta Grossa, está aqui assistindo a nossa sessão no plenário, um jovem interessado pela política. Na Ponta Grossa, conversávamos agora, 30 anos sem pavimentação, sem saneamento, sem saúde, sem educação, sem nada, e agora sem ônibus, porque o prefeito tirou o ônibus de lá. E ele me falava assim: “Ponta Grossa, o ônibus, se tu enxergares, tu pegas, porque tu não sabes mais quando verás outro”. Nós falávamos isso agora no gabinete. E o prefeito continua, Ver. Robaina, tirando saúde da cidade, demitindo as servidoras e os servidores concursados. Mas eu sei que o Melo não gosta de concursado, porque a turma do Melo está lá pela PEC nº 32, para acabar com o serviço público. O governo Melo deve 28% de inflação para os servidores da cidade e ninguém fala nada nisso. Está bem, está bacana, estão com o seu garantido, é uma barbada. Agora o fato é que o agente comunitário de saúde, para quem não sabe, que trabalha para o IMESF, é o elo entre o médico, entre o enfermeiro e a família. É ele que vai na casa do analfabeto e explica para o analfabeto qual é a hora de tomar o remédio, a periodicidade. É ele que vai e olha a carteirinha de vacinação da criança da mãe analfabeta, porque tem muitos analfabetos na cidade. É ele que vai lá e ajuda a ver se a carteirinha de vacinação das crianças está em dia. Mas o governo negacionista que forma essas esculhambações antivacina, ele não é favorável, ele não gosta, ele não quer, ele não deseja, ele não produz política para que todos possam, de fato, se vacinar contra todos os tipos de doença, Ver. Pedro Ruas. Por isso ataca o IMESF, por isso ataca o servidor. E mais do

que isso, demite na cidade, gerando desemprego. Ele abriu espaço, o Melo, para demitir cobradores. Hoje, muita gente está sem emprego, e vereadores aqui votaram. Claro, não são os seus empregos. Os vereadores não votaram pelo seu emprego, eles votaram pelo desemprego dos cobradores e os cobradores que se danem. E agora os agentes comunitários de saúde que se danem, porque o negócio deles é extinguir o IMESF, Ver. Oliboni. Eles não gostam da saúde do povo. Sabe por quê? Porque eles têm plano de saúde, todos os vereadores desta Casa têm direito a plano de saúde pago pelo povo! Aí está, se tu não precisas, os outros que vão à luta. É a meritocracia, muitos enchem a boca para dizer que é por mérito, que é por esforço, mas qual esforço que um cidadão que não conseguiu estudar, qual o esforço que ele deixou de fazer? Ele não conseguiu estudar, Ver. Pablo Melo, e ele precisa do agente comunitário de saúde para mostrar para ele como se faz o tratamento da tuberculose, como ele faz o tratamento contra a diabetes. Ele precisa do agente comunitário de saúde, que é peça chave na Atenção de Saúde da Família, na Estratégia de Saúde da Família. E as pessoas não valorizam esse profissional, demitem.

Hoje, Porto Alegre teria que ter mais de mil agentes comunitários da saúde. Tem 545 que estão sendo demitidos, estão sendo tirados das periferias, porque se tu procurares nas zonas nobres, todos têm seu plano de saúde privado. Não precisam do postinho, não precisam do hospital público. Por isso é fácil ficar calado ao secretário de Saúde, que demite agentes comunitários de saúde em plena crise econômica, que gera desemprego e gera restrição ao acesso à Atenção Primária. Eu não acredito, realmente, eu recebi a notícia lá no Posto Santa Fé, demitiram pessoas dedicadas, pessoas que conhecem a comunidade sem nenhuma transição. Quem é que vai passar as informações dos pacientes para as equipes? Porque é muita gente, pessoal. Um agente comunitário dá conta de 750 pessoas. Olha só, um servidor dá conta de se relacionar com 750 pessoas! Hoje eles estão sobrecarregados, hoje são duas mil famílias para cada agente. É muito! E aí, claro, o que acontece? Se tu não fazes o tratamento da diabetes, Ver. Moisés, se a pessoa que tem diabetes não faz o seu tratamento direito, ela acaba indo para um leito de hospital, que é caríssimo para o SUS. E a gente sabe que o SUS hoje está com pouco dinheiro. O Bolsonaro destruiu a economia, então tem menos dinheiro para a saúde. E aí tu vais deixar as pessoas desenvolverem mais doenças crônicas? Por isso que o prefeito tem que dar uma atenção para isso. O agente comunitário ajuda a não estourar lá na ponta, na complexidade, para a pessoa não precisar ir para o hospital para amputar um dedo, amputar uma perna, um pé, Patrick, Pedro, que estão aí, que são jovens, estudantes, na luta pelos direitos sociais. É preciso que a gente garanta o mínimo. Eu não posso achar que a Atenção Básica é secundária, ela tem que ser a primeira coisa a gente dedicar energia. Vou dar um outro exemplo, na educação, se a gente dedicasse mais recursos para a educação infantil, nós teríamos mais sucesso no ensino fundamental e no ensino médio, porque é mais tempo para a criança na escola. Lá na Coreia, os caras fizeram um investimento na educação infantil, na Europa também, no Japão também. Aqui não querem fazer, aqui eles negam o direito às crianças a entrarem na escola. E agora eles querem tirar o vale-transporte dos jovens, que é para eles não circularem na cidade, não irem aos lugares da cultura, não

estudarem, não irem para a universidade. Porque eles não querem, eles acham que é gastar com o povo. Saúde é investimento, quanto mais dinheiro se investe no postinho de saúde, menos gastos se vai ter em leitos de hospitais, porque é a prevenção. Mulheres estão sem o acesso à prevenção a várias doenças, porque o Marchezan fechou 11 postos de saúde. Nós precisamos reabri-los, Ver. Pablo Melo, convido V. Exa. a conhecer as comunidades, podemos ir juntos, sei que o senhor é da base do governo, porque esses postos estão fazendo falta. O Orfanatório, por exemplo, é lá em cima, as pessoas têm que descer e depois subir, os cadeirantes. Sabes, Oliboni, tu, que vens lá da comunidade do Morro da Cruz, é difícil a vida. Um idoso, imagem um idoso que vai duas ou três vezes no posto de saúde por semana, pois numa semana é uma coisa, no outro dia tem outra coisa... É isso, infelizmente, as pessoas trabalham a vida inteira e no fim da vida ganham uma aposentadoria pequena, com um monte de doença. Porque é isso, o trabalhador comum se aposenta com 65 anos, 70 anos de idade e, quando se aposenta, ganha um salário mínimo que não dá para manter a subsistência e com todas as suas doenças desenvolvidas no sistema laboral. E a gente não garante um posto de saúde lá na Orfanatório para eles, manda eles descerem e subirem. Sem contar o grande problema do tráfico de drogas, onde há uma facção aqui, outra lá, aí a comunidade que mora ao redor de um lugar não pode ir ao outro, porque não deixam! Então as pessoas que moram na Orfanatório hoje, Ver. Oliboni, não estão conseguindo acessar outros postos de saúde. Muita gente está deixando de ter prevenção e isso é ruim. Por isso, regionalizar os postos de saúde às vezes pode até parecer mais caro, pode parecer, sim, na ponta da caneta, não estou negando, só que isso, a longo prazo, reduz o gasto da máquina pública, porque todas essas pessoas que estão lá no alto da Orfanatório sem fazer prevenção provavelmente alguns devem estar desenvolvendo câncer. Infelizmente essa doença maldita a gente desenvolve, por isso a gente tem que estar a todo momento fazendo exame para ver como está a saúde, como está o pâncreas, o pulmão, o fígado, enfim. Toda hora a gente tem que estar fazendo exames. Eu vejo, inclusive, vários colegas vereadores dizendo que foram fazer *check-up*. As pessoas têm medo, essa alimentação desgraçada que a gente come, puro transgênico, agrotóxico, a gente não sabe o que está comendo. Então, nós precisamos garantir ao povo de Porto Alegre, minhas colegas e meus colegas, o acesso à Atenção Primária na porta da sua casa. Esse é o pedido ao governo Melo. Governo Melo, não demita os agentes comunitários de saúde. Nós precisamos de mais agentes, de mais pessoas que cuidem do nosso povo. O nosso povo paga caro os impostos. Imaginem, uma cidade que arrecada R\$ 22 milhões por dia, é muito dinheiro! Vinte e dois milhões de reais por dia entram no cofre. Como é que a gente vai admitir demissão de agentes comunitários de saúde? Prefeito, o senhor fez uma reforma do IPTU, abriu mão do recurso do IPTU, o senhor agora mordeu, a partir do dia 28 de dezembro, o servidor público vai recolher mais, o aposentado, todos vão recolher 14%. Então vai entrar mais dinheiro no caixa da Prefeitura.

Para concluir, não está mal de dinheiro a Prefeitura! Tem dinheiro, está escolhendo errado. Então, prefeito, reveja, por favor, essa questão dos agentes comunitários e fortaleça o IMESF. A extinção do IMESF não ajuda ninguém, porque

nós estamos fazendo um dossiê das empresas terceirizadas. Em breve nós vamos apresentar esse dossiê aqui, nós estamos recolhendo dados, a coisa está feia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim, colegas que nos acompanham, agradeço à bancada do PSDB para fazer uso do tempo da liderança. Gostaria muito de solicitar à assessoria da Direção Legislativa, porque eu queria mostrar para vocês aqueles dados que estão ali, comemorando essa marca.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Trago hoje aqui, na tribuna, uma notícia boa para o povo de Porto Alegre. Em 2017, existiam 25 câmeras, e quero elogiar publicamente os dois governos – o governo Marchezan, o governo Melo – pelos índices que estão sendo alcançados por causa do cercamento eletrônico. Para vocês terem uma ideia, em 2017, no primeiro ano do governo Marchezan, isso começou com 25 câmeras com reconhecimento ótico de caracteres. E quero agradecer aqui aos técnicos que, em 2015/2016, levaram – eu estava junto – essa proposta ao então candidato que era o deputado Nelson Marchezan. Em 2017, eram 25 câmeras; em maio de 2018, redução de 61% da questão de furtos, roubos de veículos; em agosto de 2018, os pardais também começaram a ter o reconhecimento ótico de caractere; em janeiro de 2019, 100% das lombadas também já estavam fazendo cercamento eletrônico; em agosto de 2020, 348 equipamentos já estavam operando em cercamento eletrônico. E quero pedir para passar, porque a capa do jornal de hoje de grande circulação no Estado fala e, depois dentro do jornal *Zero Hora*, temos todo os dados disponíveis do cercamento eletrônico, que hoje tem – e fica aqui o agradecimento e reconhecimento à atual Prefeitura, ao prefeito Melo – 365 câmeras. Ao total, nesse projeto de cercamento eletrônico a gente chega a ver essa manchete na capa do jornal: “Tecnologia ajuda a recuperar um veículo a cada dois dias na capital”. São mais de 1 milhão de veículos que passam por leitura de reconhecimento ótico de caracteres. Precisamos fazer esse conhecimento e agradecer à Prefeitura, às duas gestões, à gestão anterior e a esta – que se invista cada vez mais na questão da inovação tecnológica.

O segundo assunto que eu trago na tarde de hoje é sobre a Estrada das Quirinas, vereadores. Quero fazer uma referência ao Ver. Idenir Cecchim, que foi secretário extraordinário do Estado, no governo Sartori, que recebeu uma comissão, ainda em 2017, sobre a questão das quirinas. A Câmara de Vereadores precisa dar atenção àquele assunto. Para quem não sabe do que se trata, são inúmeras famílias que passaram do nada a terem o seu CEP modificado para Viamão. Um erro técnico,

histórico, porque ficaram sem atendimento de saúde no posto de saúde ali da sua região. Então, pagam o IPTU para Porto Alegre, pagam água para Porto Alegre, os serviços são de Porto Alegre e aí, do nada, tecnicamente, alguém, lá no ano de 2016 Esse assunto envolve governo do Estado, a comissão foi ao Ministério Público, mas quero agradecer aos dois prefeitos – prefeito Sebastião Melo e o prefeito Valdir Bonatto –, que estão inclusive participando com suas procuradorias municipais em atender o que a população deseja, porque a população não foi sequer consultada. E detalhe, no mapa que vocês veem a divisa, sempre foi um acidente geográfico, como deveria ser, e, do nada, um técnico lá resolveu passar a caneta dizendo: “Aqui vai ser a rua”. E essas quatro, cinco ruas ali vão ser muito prejudicadas, se nós não revertermos isso. Quero agradecer, mais uma vez, às duas gestões – a Prefeitura de Porto Alegre e a de Viamão –, que estão debruçadas para reverter essa questão.

Por último, não menos importante, quero mandar um abraço muito carinhoso à Federação Gaúcha de Karatê, que tem um projeto lindo, *Karatê Além do Esporte*, nos últimos anos – desde a época em que o Antônio Hohlfeldt era vice-governador do governo Rigotto – no CET, Centro Esportivo de Treinamento, já atingiu milhares e beneficiou milhares de crianças e adolescentes do contraturno escolar, que é o projeto *Karatê Além do Esporte*. Hoje, para quem não sabe, é o Dia Mundial do karatê, então, fica o meu abraço registrado à Federação Gaúcha de karatê. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, quero falar hoje sobre um tema que me interessa muito, o Morro Santana, ali na divisa com a cidade de Viamão. Para quem não sabe, um pedaço do Morro Santana pertence à cidade de Viamão; um pedaço, à cidade de Porto Alegre; um pedaço dele está sob a responsabilidade da UFRGS, e um pedaço dele está sob a propriedade daquela antiga empresa que fazia exploração econômica daquela pedreira ali, que é a pedreira Asmuz, assim conhecida. E, para quem não sabe também, eu faço caminhadas às nascentes do Dilúvio, no topo do Morro Santana, desde do ano de 2012. Caminho lá desde a época em que eu era líder comunitário na Associação de Amigos e Moradores do Bairro Jardim Universitário. Nós fazíamos, uma vez por ano, uma caminhada para conhecer as nascentes do arroio Dilúvio e obviamente, quando a gente chega no topo do

Moro Santana, é impossível não ter acesso àquela bela visão que nós temos da cidade de Porto Alegre, da cidade de Alvorada, da cidade de Cachoeirinha, da cidade de Viamão, do Parque Saint’Hilaire... E essas caminhadas guiadas que eu comecei em 2012, na verdade, nos lembram o que nós fazíamos na nossa infância. Quando criança, subíamos no topo do Morro Santana para contemplar a beleza e, com a evolução, infelizmente, da criminalidade, as pessoas acabaram deixando de aproveitar aquele

espaço natural, e nós resgatamos essa tradição de subir no morro, fazendo visitas guiadas com uma massa de pessoas que garantiriam então a segurança das pessoas que subiam para passear no topo do Morro Santana. Fizemos isso ao longo de quatro, cinco anos enquanto eu era líder comunitário no Município de Viamão. Depois me elegi vereador no Município de Viamão, e um dos temas do meu panfleto de campanha foi o de fazer visitas guiadas cada vez com mais pessoa no topo do Morro Santana para falar sobre a preservação ambiental, falar sobre aquele tesouro que nós temos no topo do Morro Santana. E consegui, ao longo desses últimos anos, levar cada vez mais pessoas para o topo do Morro Santana, houve ocasiões inclusive em que fiz caminhadas com mais de 500 pessoas que subiram o topo do Morro Santana partindo do terminal de ônibus do Campus do Vale da UFRGS. Isso aqui está testemunhado por fotografias, por vídeos, por filmagens, por filmagens aéreas com drone, e quem quiser conhecer esse trabalho de caminhadas guiadas ao topo do Morro Santana pode olhar na página do Facebook Dilúvio Limpo, pode olhar na página do Facebook Associação de Amigos e Moradores do Bairro Jardim Universitário e pode olhar também no meu Facebook particular, que nós temos essas fotografias e essas filmagens como memória do nosso trabalho.

O que aconteceu recentemente é que eu me elegi vereador na cidade de Porto Alegre e, como vereador na cidade de Porto Alegre, a gente sabe que nós temos outra dimensão daquilo que nós fazemos, falamos e nos relacionamos. Uma das intenções que surgiu, a partir dessa experiência que eu tenho já de 10, 11 anos subindo no topo do Morro Santana, é que infelizmente aquele topo de morro não é aproveitado por toda a população como potencial turístico, ele tem de ser explorado como, por exemplo, acontece hoje na cidade de Encantado. A cidade Encantado construir, a partir da iniciativa privada, um grupo de voluntários de uma associação religiosa construiu o Cristo Protetor, que colocou a cidade de Encantado no mapa do mundo, com investimento privado de R\$ 2 milhões. A cidade de Encantado foi colocada no mapa do mundo com investimento privado de R\$ 2 milhões! O que aconteceu recentemente? Eu fui convidado por um senhor entusiasta das ecotrilhas aqui na cidade de Porto Alegre para ir conhecer a pedreira por baixo, porque eu sempre fui por cima. Fui lá, o cara é um ex-professor da rede pública de ensino, uma pessoa altamente bem-intencionada, me convidou para participar dessa caminhada. Fui com ele conhecer, e alguns grupos de esquerda – aqui tem alguns vereadores que tentam usar politicamente essa pauta –, tentaram me condenar dizendo que nós queríamos acabar com a visita direcionada ao topo do Morro Santana. E faço menção aqui, tem vereadores aqui do PT e do PCdoB que estão me criticando porque eu faço essa caminhada há 8, 10 anos naquele morro e quero que mais pessoas tenham acesso àquele espaço.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Não, eu vou ficar um pouco mais, porque os vereadores que me antecederam ficaram doze minutos; eu

gostaria de só concluir a linha de raciocínio. Mas, se for possível, Presidente, poder concluir a linha de raciocínio dentro de um tempo parecido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mas aí teria que ver, porque o tempo é de cinco minutos em Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Então, só para concluir, o que eu propus? Eu pergunto aqui se tem algum documento gerado por mim, pelo meu gabinete, ou pelo prefeito Sebastião Melo com relação à exploração daquele topo? Não existe. O que aconteceu? Instigado por esse senhor, pensando na potencialidade que isso pode ser para cidade de Porto Alegre, eu conjecturei como seria belo se a cidade de Porto Alegre pudesse contemplar o topo do Morro Santana com a vista que tem, para que mais pessoas pudessem subir lá, como por exemplo, o que acontece na cidade de Encantado, no Sky Glass na cidade de Gramado. As pessoas poderiam exportar aquilo lá e estarem mais presentes. Os vereadores do PT do PCdoB fizeram terrorismo com as pessoas que moram naquela região. Obviamente as pessoas que são de movimentos sociais e são suscetíveis a serem influenciadas por esses partidos estão sendo convencidas de que nós vamos acabar com a possibilidade de eles subirem, fazerem caminhadas ecológicas guiadas ao topo do Morro Santana. Queria falar para essas pessoas: isso é mentira! Foram lá neste final de semana e fizeram terrorismo com essas pessoas. Nós, que defendemos a liberdade de as pessoas empreenderem, queremos que as pessoas possam subir lá com segurança e mostrar para as pessoas como é bonito o topo do Morro Santana. Infelizmente essa vanguarda do atraso fica fazendo terrorismo e mentindo sobre as nossas propostas, que visam justamente o contrário, que é fazer com que as pessoas possam subir lá. Para concluir, Presidente, sabe quem não quer que vocês subam no topo do Morro Santana? Não sou eu, é a Universidade Federal Rio Grande do Sul, que se arroga na propriedade do terreno. Mas a Universidade Federal não é dona de todo o Morro Santana, ela é dona da metade. Se ela é da Universidade Federal, na verdade, ela é pública, e, se é pública, nós podemos entrar. Então, o meu compromisso e a minha resposta para essas pessoas é: o PCdoB e o PT estão mentindo para vocês, eu não sou contra vocês subirem, na verdade, é o contrário, eu quero que cada vez mais pessoas possam subir e conhecer as belezas da nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Quero, inicialmente, começar contextualizando, para quem não me conhece, meu nome é Daiana Santos, eu sou vereadora pelo PCdoB, sou moradora do Morro Santana, mais precisamente da Vila das Laranjeiras. O Ver. Jessé, que me antecedeu, tem razão, a esquerda fez um movimento mesmo – entre PT e PCdoB – muito importante naquela área, que é

extremamente negligenciada, esquecida e vulnerabilizada. E foi esse movimento que criou em mim uma consciência política que hoje faz com que eu seja uma representação daquela região. Essa consciência política despertou em mim o desejo de transformar aquilo que sempre foi deixado de lado, olhar para esse momento e ver esse desserviço que o senhor presta, falando esse tanto de inverdades, respeitar a população que mora ao lado da minha casa.

Eu subo aqui para falar que, obviamente, precisamos ocupar ou então, utilizando o termo que o senhor mesmo falou anteriormente, explorar o espaço, mas levando ampliação daquela unidade de saúde numa perspectiva da garantia de direitos daquela comunidade, levando o saneamento básico para aquela região. Todas as vezes que a gente se manifestou, fechando a Av. Protásio Alves, para pedir que voltasse a água, depois de dois, três, quatro dias ou uma semana, como já aconteceu, eu não vi ninguém lá, eu não vi nenhum político. Agora, tem uma vereadora daquela região, essa que vos fala. Pensem que, para ir para aquela região, tem que trabalhar para que aquelas caixas d'água, e faz muito tempo que não têm uma manutenção, não sejam a única fonte de água naquele território. Tem que levar para aquele contexto serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, ampliação do número de vagas ou mais uma creche, tem de levar uma série de projetos sociais para além da ACM, que presta um serviço exemplar e essencial para aquele espaço. Eu moro desde sempre naquele lugar, falo com propriedade, porque estou falando de onde eu habito. Eu não admito que o senhor suba aqui e fale esse tanto de inverdades, que venha dizer que nós estamos passando por um processo, como se fôssemos alienados. Não, este faz parte de um projeto de privatização ao qual o senhor serve, não nós. Eu me coloco na defesa do povo, na defesa daquilo que é necessário e o convoco para que, se quiser se somar a essa perspectiva de construção, venha e que faça junto comigo, junto conosco. Eu não lhe dou aparte, porque liderança não tem apartes. O mais importante, para que o senhor compreenda que nós não somos contra a evolução do espaço, que nós não somos contra que venha, através do ecoturismo, o desenvolvimento, mas nós somos contra que isso seja feito sem a participação da comunidade. Nós somos contra que isso seja feito explorando o espaço e sem devolutiva alguma. É isso que nós somos contra. Se estão disponíveis e querem trabalhar com essa perspectiva e querem fazer com que as coisas sejam feitas dessa forma, nos chamem, chamem a biblioteca comunitária Visão Periférica, chamem o Coletivo que já atua lá e que faz, há muito tempo, a trilha. Inclusive, aproveito para evidenciar que o senhor, há um tempo, utilizou fotos daquele Coletivo para falar que eram suas. Acho que isso é importante. Foi provado isso, tanto que o Coletivo fez essa solicitação.

(Aparte antirregimental do Ver. Jessé Sangalli.)

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Posso pedir para os rapazes falarem, mas eu não quero lhe dar um tempo de aparte, pois, mais uma vez lhe digo, liderança não tem apartes.

Só acho um desserviço gigantesco essa desinformação de alguém que não conhece, que fala de exploração e fala da comunidade com tamanho distanciamento da realidade. Desculpe-me, eu represento aquela comunidade, assim como sou vereadora do restante da cidade, mas eu moro naquele lugar. Eu sei o quão difícil é quando chove, pois alagam aquelas casas. Eu estou falando de coisas que são muito além, eu sei da dificuldade das mulheres, neste exato momento, que saem para reciclagem com seus filhos, porque é a única forma de sobrevivência. Não venham me vender essas soluções paliativas, não venham privatizar as nossas existências. Naquele espaço, o senhor não vai fazer isso, porque eu sou moradora deste lugar. E, sim, o PCdoB fez um baita serviço comigo, despertando-me, fazendo com que eu tenha o conhecimento dessa prática desprezível, que é a única, aliás, esse alinhamento ao qual o senhor atende e sabe vender

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Questão de Ordem com o Ver. Jessé?

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Vereadora, queria aproveitar e dizer que nós somos parceiros, só que, todas as vezes que eu tentei falar com a Visão Periférica, eles recusaram a presença. Eu tenho, inclusive, as solicitações para poder fazer essa reunião com a senhora, quando for necessário. Nós solicitamos e eles negaram. Então, esse diálogo que a senhora falou que existe, infelizmente, não é verdade. Eu, sim, tenho como provar que isso é mentira.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Questão de Ordem com o Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, isso não é questão de ordem, o Vereador não pode usar uma teórica questão de ordem para responder ao tempo de liderança. Há uma organização, há um Regimento Interno, não é possível. Tem que desconsiderar o pedido do vereador para a Ver.^a Daiana. Ela, sim, usou o tempo de liderança, ele que use o dele.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado Ver. Pedro Ruas, líder da oposição. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras; nós temos desenvolvido uma luta em defesa da saúde pública contra o desmonte da Atenção Básica que vem sendo realizado, pelo menos, por dois governos: o governo Marchezan e o governo Melo, que deu continuidade a este desmonte, quando demitiu mais de 500 trabalhadores do IMESF. Após a demissão de

mais de 500 trabalhadores do IMESF, que é um instituto que estava funcionando bem, o governo Melo, agora, trata de seguir a sua política de demissões, atacando os agentes comunitários de saúde, os agentes comunitários de endemias.

No dia de hoje, chegam notícias de que se efetuam demissões desses trabalhadores, os que não estão protegidos pela Emenda 51, que é a maioria dos agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. Se isso ocorrer, se essas demissões forem consumadas, nós vamos, simplesmente, deixar o serviço de Atenção Básica de Porto Alegre nas mãos de empresas privadas, à mercê de empresas privadas que hoje até podem prestar algum serviço, mas, no dia seguinte, podem deixar de prestar conforme seus interesses econômicos. Essa é a lógica da terceirização. Nós temos contestado a terceirização na Atenção Básica e temos ganhado na justiça, porque o governo Melo não conseguiu demonstrar que o seu projeto garante a Constituição Nacional, que prevê que a Atenção Básica tem de ser, majoritariamente, pública, e só ter a privatização ou a terceirização, por via suplementar, é um complemento. Não pode ser a essência da Atenção Básica a privatização, isso é proibido pela Constituição. E o governo está incorrendo, cada vez mais; ele só não demitiu todos os trabalhadores do IMESF, porque existe essa luta na justiça. O governo tem perdido, em alguns momentos, porque o Ministério Público tem atuado. Agora, o governo está tentando aplicar esse projeto. Isso é gravíssimo, porque ainda há, inclusive, do ponto de vista do Supremo, uma discussão sobre a constitucionalidade do IMESF, tanto que o IMESF segue com CNPJ, segue com diretor, segue com trabalhadores. Então, aquele discurso de que o IMESF não existe mais é conversa, é mentira. O IMESF existe e há um debate, inclusive, para que o ministro Luís Barroso julgue a constitucionalidade do IMESF. Esses debates seguem no Supremo. Só que o governo, ao invés de esperar que o Supremo dê o veredito final, vai aplicando o seu plano de destruição do IMESF, de fazer o fato consumado.

Vocês devem se lembrar que o primeiro discurso do governo, em relação ao IMESF, é dizer " o sindicato entrou com a ação, o Supremo deu ganho de causa e decretou a inconstitucionalidade do IMESF". O governo, quando começou com os ataques ao IMESF, disse que estava já inconstitucional, mas isso não é verdade, há esse debate no Supremo ainda hoje. Não há o veredito final, há processos ainda, tanto que o Luís Barroso, Ministro do Supremo, tem isso em mãos a partir de uma ação do PCdoB, na qual o PSOL entrou como amigo para poder acompanhar. É amigo é uma expressão jurídica que permite que acompanhe, o *amicus curiae*, é essa expressão, vereador e advogado Pedro Ruas. Então, o ponto é que o governo está, neste momento, no dia de hoje, atacando a saúde pública de Porto Alegre. A demissão de agentes comunitários de endemias, de agentes de saúde é um ataque à saúde pública, é uma ilegalidade, porque não pode privatizar a Atenção Básica. Nós vemos isso em qualquer serviço, nós estamos vendo quais são os resultados da terceirização na coleta de lixo. Nós vemos o resultado da terceirização em várias áreas, nos transportes; nós vemos o que significa as empresas de ônibus privadas dominar o transporte. Não é possível que, na saúde, na Atenção Básica, não haja a proteção do Estado. O IMESF tem funcionado; há uma discussão sobre a legalidade do IMESF. Não há razão, do ponto de vista do interesse

público, em efetuar essas demissões, e o governo tem feito isso no dia de hoje. Eu não sei, exatamente, quantos trabalhadores foram demitidos, mas sei que isso ocorreu. Então, o governo, enquanto discursa falando que está tentando melhorar a vida do povo, na prática, o que tem feito é atacar os interesses populares. Essa é a denúncia que eu quero trazer para o plenário. Nós acreditamos que é, realmente, uma indecência atacar os trabalhadores da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras. Não vou me furtar de falar sobre o que aconteceu, na última quarta-feira, na nossa Casa, na Câmara Municipal de Porto Alegre. Gostaria de saudar a fala do nosso líder, Pedro Ruas, que fez um excelente apanhado, um resumo muito relevante. Infelizmente, nós tivemos cenas deploráveis num ambiente que preza pela democracia. Queria saudar o presidente em exercício, naquele momento, líder Idenir Cecchim, que teve uma postura exemplar na defesa da democracia e contra o racismo. Foi muito relevante a postura do líder do governo, Ver. Cecchim, que, naquele momento, fazia às vezes de Presidente da Casa. Gostaria, também, de saudar a iniciativa do Presidente Márcio Bins Ely de receber a bancada de oposição, movimentos sociais, partidos de esquerda que trouxeram suas demandas com relação à segurança da Casa e em repúdio aos atos racistas que vivenciamos na última quarta-feira.

Eu, como falei na manifestação que fizemos em defesa da democracia, em frente à Câmara, no dia de hoje, me coloco como responsável pelos atos que a Ver.^a Fernanda Barth e que a Ver.^a Nádia imputam à minha pessoa. Fui eu, sim, que arranquei o cartaz nazista das mãos do manifestante que era vinculado, anteriormente, a um gabinete de um vereador e que, poucos dias antes dos atos, estava vinculado à Prefeitura, em cargo de confiança. Fui eu que arranquei o cartaz e arrancaria novamente; fui eu que requisitei a identificação da pessoa que atacou às vereadoras negras desta Casa, chamando-as de lixo, dizendo que eram empregadas, fazendo movimentos para vincular à cor da pele. Sim, eu fui lá e requisitei que ela fosse identificada, porque essa é a função de qualquer cidadão, não só de alguém que pertence à área de segurança pública, mas é dito que todo cidadão pode dar voz de prisão em flagrante, e os policiais devem, quando presenciarem um crime, e o que nós vimos aqui foi um crime sem nenhuma sombra de dúvidas. Eu agi dentro da legalidade, dentro do uso progressivo da força e o faria novamente. As imagens estão aí, está tudo gravado pelo circuito de segurança, e quero que venha à tona, eu quero que seja mostrado, porque, em absolutamente todas as minhas atuações, eu primei pela legalidade e pelo combate aos crimes que aconteciam nesta Casa. Volto a frisar, é importante que tenhamos cuidado absoluto com a segurança deste ambiente, com detector de metais, porque o que vimos aqui foi uma tentativa de emular o capitólio. Camisetas idênticas

foram utilizadas no ataque, ideologia idêntica, organização, *modus operandi* idêntico, e o pior, até agora, a presidenta da Frente Parlamentar Brasil-Israel, Ver^a Fernanda Barth, não fez nenhuma fala repudiando a utilização de uma suástica, inclusive chama o passaporte vacinal de nazifascista, desrespeitando o holocausto e toda a população que passou por essa situação na 2ª Guerra Mundial. Ver^a Fernanda Barth não tem envergadura moral de estar à frente dessa frente parlamentar, assim como, no meu ponto de vista, a Ver^a Nádia não tem mais condições de ser a vice-líder do governo Melo, aqui nesta Casa, porque flertou com movimentos de intolerância, porque articulou, trouxe a esta Casa membros que estão, inclusive, proibidos de entrar na Assembleia Legislativa, porque espancaram professores em frente à Prefeitura e também agiram de forma violenta e covarde com deputadas na Assembleia Legislativa. Essas pessoas entraram pelos gabinetes dessas duas vereadoras e causaram esse tumulto, além do negacionismo, e desrespeitaram um decreto estadual. A Ver^a Comandante Nádia não tem envergadura moral nem condições de ser a vice-líder do governo nesta Casa e Ver^a Fernanda Barth não tem condições morais de ser presidente da Frente Parlamentar Brasil-Israel. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando o Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, reforçando, é claro, a excepcionalidade no dia de hoje de três pautas, a última sobre o IMESF, que é também uma pauta especial em função de uma mudança na LDO; a questão da Lei Orçamentária; e a Pauta normal.

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nesta tarde, faço alguns questionamentos sobre a pauta da Lei Orçamentaria Anual – LOA. O recurso destinado, na Lei Orçamentária para o ano de 2022, é de R\$ 9,915 bilhões. Vocês sabem o que é isso? É muita grana! Os senhores sabem quanto o governo destinou para uma tentativa de recuperar a democracia participativa, o OP? Dez milhões de reais. Falei baixinho, porque o valor é tão baixo. Para 17 microrregiões de Porto Alegre, o governo municipal destinou R\$ 10 milhões. Vai dar uma guerra entre as regiões, nem R\$ 1 milhão para cada região. É preciso que o governo reveja isso.

Eu queria solicitar ao governo que pudesse, na próxima semana, trazer aqui o secretário municipal da Fazenda, Ver. Mauro Pinheiro, quem sabe para fazer uma explanação do porquê muitas ações importantes da cidade, algumas desprestigiadas e outras supervalorizadas, como também a questão da comunicação. Os senhores sabem quantos milhões foram destinados à comunicação? Mais de R\$ 20 milhões. Eu lembro alguns governos que colocaram milhões e milhões já comprometidos com alguns projetos que estavam na sua prioridade e, infelizmente, não conseguiram viabilizar, inclusive muitos deles eram compromissos assumidos na campanha anterior. Há coisas que realmente são muito obscuras à medida que percebemos. E a recuperação das

perdas salariais do funcionalismo está em mais de 23%, Ver. Jonas, durante os últimos cinco anos. Onde está na Lei Orçamentária? Não tem nada sobre isso. Depois querem valorizar o servidor público? Quando? Temos mais três anos de governo Melo, vão dar algum reajuste para o servidor público nesses três anos? Então coloquem aqui na peça orçamentária. Vão dar atenção à Atenção Básica de Porto Alegre, reformando os postos de saúde que estão previstos? Inclusive estavam na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, mas não estão na Lei Orçamentária Anual – LOA. Tem que dizer quantos recursos serão destinados para tal. Inclusive o governo diz que demitiu os trabalhadores do IMESF. Mentira deslavada quando diz que o IMESF foi extinto! Não foi extinto, porque já foram reintegrados 12 servidores anteriormente demitidos pelo governo Marchezan e do prefeito atual, Sebastião Melo. Ele não foi extinto, porque o recurso de *amicus curiae* do Supremo não foi julgado. Precisa dizer isso? Mas o governo diz que foram demitidos. Se ele de fato assumisse o caso de serem demitidos, tinha que colocar aqui a previsão para o pagamento dessas rescisões, dos contratos dessas pessoas demitidas. Ou vai levando, levando... e não vai pagar os servidores que, para eles, estão demitidos? O que é isso? Vamos falar sério! Há coisas que o governo coloca, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não é diferente a Lei Orçamentária, como uma peça de ficção. Nós não podemos ter isso como uma coisa que se dará ao natural, porque senão o governo diz uma coisa no papel, nós aprovamos ou não, e ele não faz nada do que está no papel. Portanto é importante, Presidente, em cada ano, quando chega a peça orçamentária, que viesse o secretário da Fazenda explicar para nós se isso é verdade ou não, das prerrogativas fundamentais de priorização do seu governo, para os próximos quatro anos, porque aqui nós vamos aprovar a Lei Orçamentária para os próximos quatro anos. Mas tem muita coisa que tem que ser assumida para poder viabilizar e não está, como acabei de mencionar a recuperação salarial do servidor público, da ampliação do serviço público na Atenção Básica, dos prontos atendimentos, das clínicas de saúde, que o próprio governo defende. Quando vai fazer, quanto vai destinar a esse serviço. Vai pagar a rescisão dos servidores demitidos ou não? Vai manter o IMESF ou não? Para que dizer que foram demitidos se, na verdade, foram demitidos e não houve rescisões? Então ele existe. Tanto é real que existe que já aconteceu uma reintegração de 12 servidores. Tem coisas que de fato é lamentável. E essa peça orçamentária é R\$ 9,915 bilhões: em publicidade, R\$ 20 milhões; para o OP, que é algo que veio em Porto Alegre da democracia participativa, onde a sociedade participa, precisaria no mínimo R\$ 50 milhões para cada região do OP, porque são 17 microrregiões. Inclusive muitos vereadores aqui conhecem como ela se dá, quem decide a obra, por temática, é a sociedade em determinada região, ora definida. Se ele priorizar a Atenção Básica, é ali que será priorizado. Se for na educação infantil, serão as creches que serão priorizadas. Se ele priorizar na pavimentação, no asfalto às ruas, será ali, e assim por diante, na habitação, na assistência social... Mas o governo não fala disso.

Então, nada melhor do que o governo vir aqui explicar para nós. Temos cinco sessões sobre a Lei Orçamentária, quem sabe, o governo vem aqui e explica detalhadamente o que ele pretende fazer nesses próximos quatro anos, senão, de fato, fica uma peça de ficção.

Fica o nosso recado, concordando que o governo venha aqui, no período de Comunicações ou comparecimento, para poder esclarecer não só à Câmara de Vereadores, mas também à sociedade, ao menos àqueles que votaram no atual governo, para que possam entender o que o governo pretende fazer ao longo dos quatro anos. Senão, fica numa expectativa e pode nada acontecer, porque nesses R\$ 9,915 bilhões tem muitos programas não definidos, e fica muito confuso para a interpretação de qualquer um que queira ser perito, poder adivinhar ou não onde serão investidos esses recursos. Por que é o líder do governo e outros vereadores da base do governo não vêm aqui esclarecer isso? Deveriam ser os primeiros a vir falar detalhadamente que programas precisam ser viabilizados, caso contrário, nós estamos nesta dúvida, como a população também. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerrada a Pauta Especial.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0921/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 385/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Praça Canto das Caturritas, logradouro público conhecido como Praça Dois, no Bairro Restinga Nova. **(SEI 034.00402/2021-13)**

PROC. Nº 0940/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 394/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Desfile da Mocidade Salve Jorge – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira quinzena de setembro. **(SEI 024.00093/2021-91)**

PROC. Nº 0950/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 397/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride o Dia Municipal do Representante Comercial, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 09 de dezembro. **(SEI 037.00335/2021-34)**

PROC. Nº 0028/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que inclui inc. VI no *caput* do art. 216 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações

posteriores, acrescentando procedimento durante a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Rio-Grandense no rol de deveres dos vereadores. (SEI 038.00002/2021-12)

PROC. Nº 0926/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que concede o Diploma Honra ao Mérito à ONG THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. (SEI 209.00152/2021-17)

PROC. Nº 0533/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Parque Jaime Lerner o trecho 3 da Orla do Guaíba. (SEI 197.00078/2021-61)

PROC. Nº 1021/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 427/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride o Dia Municipal do Candombe, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 03 de dezembro. (SEI 037.00359/2021-93)

PROC. Nº 1032/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 040/21, que altera o inc. II da letra "c" do anexo I; cria 2 (duas) Funções Gratificadas (FGs) de Chefe de Unidade e extingue 5 (cinco) FGs de Responsável por Atividades III, por transformação, na Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. (SEI 118.00306/2021-72)

PROC. Nº 1005/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 050/21, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Jornalista e cria 7 (sete) cargos em comissão de Assessor Parlamentar de Plenário no item Função Específica do Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante no art. 20 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. (SEI 014.00038/2021-10)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0393/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/21, de autoria das Ver^{as} Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos e Reginete Bispo e dos Vers. Roberto Robaina, Aldacir Oliboni e Leonel Radde, que inclui § 3º no art. 15 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, permitindo que pessoas com vulnerabilidade social que tenham como fonte única de sustento a atividade de recolher, transportar e reciclar descartes de resíduos sólidos possam realizar a sua coleta regular, o seu transporte e a sua destinação. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Bruna Rodrigues.** (SEI 221.00057/2021-92)

PROC. Nº 0488/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.477, de 10 de dezembro de 2018 – que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto Alegre –, dispondo sobre o local de divulgação e o conteúdo das informações. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas. (SEI 034.00197/2021-96)**

PROC. Nº 0800/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 327/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Edmundo Carlos de Freitas Xavier. **(SEI 037.00271/2021-71)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero voltar a falar do PLL nº 185/21, de autoria do Ver. José Freitas, “que obriga a divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Porto Alegre (...)”. É importante para a população, quando chegar a uma unidade básica, a um pronto atendimento, saber a disponibilidade, não ter que ficar o tempo inteiro lá esperando, aguardando, depois, saber que tal especialidade não existe ali.

Também queria falar num outro projeto, PLCL nº 016/21, de autoria dos vereadores Bruna, Daiana, Karen, Reginete, Robaina, Oliboni e Leonel Radde – e queria que algum vereador me explicasse –, “que inclui § 3º no art. 15 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, permitindo que pessoas com vulnerabilidade social que tenham como fonte única de sustento a atividade de recolher, transportar e reciclar descartes de resíduos sólidos possam realizar a sua coleta regular, o seu transporte e a sua destinação”.

Pelo que entendi, estamos voltando a um projeto que foi muito debatido nesta Casa, que é a questão de mobilidade, questão de humanidade, questão de proteção aos animais, que seria a volta, pelo que eu entendi aqui, permitir que as pessoas tivessem suas carroças, seus carros, e fizessem o transporte do lixo. Quando se fala nesses resíduos, estamos falando de lixo, algo que cidade vem evoluindo e avançando na coleta seletiva na cidade de Porto Alegre, algo que vem avançando nos galpões da reciclagem. Eu acho que nós temos que incentivar mais a entrega de produtos nesses galpões de reciclagem, acho que nós temos que incentivar mais a criação de cooperativas dentro das comunidades, com o acompanhamento de técnicos do DMLU, de técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Incentivando a reciclagem dentro das comunidades, incentivando a entrega de insumos nos galpões de reciclagem dentro

das comunidades, e não voltar ao processo que esta Casa gradativamente trabalhou para extinguir. Então eu faço a discussão desses dois projetos que estão em Pauta.

Também quero falar de um projeto nosso que inclui no calendário de Porto Alegre o desfile da Mocidade Salve Jorge, que ocorre lá na Vila Tronco, juntando escolas, juntando grupos de escoteiros, uma série de instituições, entidades e grupos, que se realiza lá na comunidade há mais de 20 anos. Era isso, senhor Presidente, para destacar na Pauta de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos prestigia com a sua audiência, que acompanha os trabalhos desta Casa e que sabe que aqui quase sempre tem uma bomba contra o povo. Tinha aquele cidadão que disse lá numa reunião com o presidente: "Quando eles menos esperam botamos uma granada no bolso deles, e aí explode". E aqui em Porto Alegre não é diferente! Quando faltam servidores públicos, porque faltam muitos... O DMAE hoje está deixando de fazer serviços porque não tem RH, não tem concurso. E taca-lhe pedido de providência lá no DMAE, na Zona Sul, principalmente. É engraçado, mas não defendem servidor público, não, só querem que o servidor trabalhe. E aqui, projeto de lei do Executivo criando chefia de unidade. Que legal, hein? É muito cacique para pouco índio. Nem tem quase índio, essa é uma frase que o povo usa, mas o negócio é criar chefia. Para quê, se o funcionalismo está cada vez mais mingado?

O governo deve 28% nos salários das enfermeiras, das técnicas de enfermagem, das professoras, das monitoras, dos trabalhadores do DMAE, do DMLU, todo mundo recebe 28% a menos do que recebia há cinco anos, mas o negócio do governo é mandar para cá projeto de lei do Executivo para criação de chefia. Não adianta mexer em cargos se a estrutura está sendo alvo de sucateamento. Não adianta! Vocês sabem como está funcionando o HPS? Eu convido os vereadores a conhecerem: as pessoas estão trabalhando com sobrecarga, porque há muito tempo não tem concurso para técnico de enfermagem. Sabem quem é que está cobrindo os horários lá? São os próprios trabalhadores, tendo que fazer hora extra, pressionados. O que vocês acham de uma pessoa fazendo plantões seguidos, três plantões seguidos? O que vocês acham que acontece? Doze horas, mais doze, mais doze, vocês acham que o serviço vai ter qualidade? Eu fico me questionando o quanto este governo realmente ouve, quem sabe: os técnicos. As pessoas trabalham há muito tempo em vários setores e não são ouvidas. Tem lugar do DMAE que tinha cinco servidores trabalhando há cinco anos e agora tem um; se ele se aposentar, vai ser extinto o setor. Este é o presente da direita na capital. Não, vem um projeto de criação de cargos na Prefeitura. Aqui na Casa tem um projeto que eu li. Mas eu fico intrigado, quem realmente está mandando no governo Melo? Esses dias vieram me dizer que o Melo era o secretário do Ricardo Gomes, que

quem comandava mesmo o negócio era o Ricardo Gomes, que a operação era vender, privatizar, disseram que o prefeito, de fato, era o Ricardo Gomes – não aparecia, não tirava foto e tal. O prefeito tira foto, mas a operação neoliberal, o Estado mínimo, o sucateamento é desses que não entendem de serviço público, até porque muita gente nunca conseguiu passar num concurso público, essa é a realidade, por isso ataca professor, ataca médico, ataca assistente social. Não teve capacidade e aí ataca. Não consegue sentar, ler, estudar, o negócio deles é só carregar bandeirinha de dois em dois anos. Bandeirinha nas costas, bandeirinha para cá, bandeirinha para lá. Estudar mesmo, se dedicar, entrar na Prefeitura, servir à população sem pedir água para ninguém, sem pedir favor para ninguém, isso muita gente não quer. Não quer, não gostam! Tem gente que, se atirar uma carteira de trabalho para cima, sai correndo, rapa fora, sai na corrida. O negócio deles é CC. Um deles é o Marchezan, que nunca trabalhou na vida e é CC agora do Leite. A vida inteira assim! O Sebastião, a mesma coisa. O Sebastião gosta de dizer que trabalhou, que isso, que aquilo, agora Porto Alegre está abandonada e a primeira coisa que ele fez no primeiro ano de legislatura: "viagem pras Europa". O negócio é conhecer a Europa. Então esse é o projeto que eles mandam para cá, criação de cargo de chefia. Quem será o vereador que vai indicar essa chefia aqui? Vamos ver depois a filiação do CC que vai entrar nesse lugar. Que vergonha!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Venho para saudar a iniciativa da vereadora Daiana Santos e homenagear a ONG Themis, uma das ONGs mais representativas do movimento feminista na luta contra a misoginia. É muito importante nos somamos a essa homenagem e também referimos que o nosso mandato construiu um projeto de lei, de forma coletiva, que depois se transformou num projeto indicativo, que é o da Casa de Passagem para Mulheres Vítimas de Violência Márcia Santana, em homenagem a essa grande batalhadora, essa grande lutadora das causas feministas, falecida infelizmente. De forma muito coletiva, através de diversos diálogos, de diversos movimentos, esse projeto indicativo vem tramitando na Casa. Já temos um bom diálogo com o secretário Leo Voigt e com toda a sua equipe, e esperamos que, para o ano que vem, se efetive essa política pública tão necessária para que nós possamos proteger cada vez mais as vítimas e os seus filhos inclusive, que é uma demanda muito relevante na nossa cidade. Nosso mandato também, mais uma vez, e é sempre bom referir, após muitos diálogos com ONGs, movimentos sociais e pautas formadas por mulheres do nosso mandato, apresentamos projeto de lei vinculado ao debate da pobreza menstrual e da distribuição de absorventes femininos, que felizmente foi aprovado por unanimidade na CCJ e segue tramitando nesta Casa. Mais uma política pública de vulto.

Por isso saúdo a iniciativa da vereadora Daiana, mais uma vez me somo a essa iniciativa e muito me orgulha fazer parte da bancada de esquerda, da bancada de oposição, que sempre está na linha de frente dessas lutas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador Ramiro Rosário está com uma palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Caros colegas, Presidente Márcio Bins Ely, muito especialmente aqui o pessoal do bloco POA pra frente, meu querido Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Gilson Padeiro, subo à tribuna, pois entra em discussão, na 1ª sessão de Pauta, o PLL nº 203/21, para denominação do Trecho 3 da Orla do Guaíba como Jaime Lerner, que foi grande arquiteto, urbanista, pessoa que deixou sua marca na história não apenas do seu estado, o Paraná, da sua cidade de Curitiba, mas do Brasil e também do mundo. Onde se circula por este planeta, quando se fala em urbanismo, certamente, em algum momento, será lembrado o legado de Jaime Lerner. E aqui na capital dos gaúchos Jaime Lerner também deixou marcado o seu nome para sempre na nossa história. Lembro aos colegas e a quem nos assiste que foi Jaime Lerner o responsável pela concepção, pelo projeto da revitalização da orla do Guaíba, e creio que nossa Câmara, inclusive, precisa fazer um desagravo, Alex, pois, quando veio aqui o Jaime Lerner certa feita para apresentar o projeto, alguns setores da nossa cidade se mobilizaram para vaiá-lo, porque diziam que não poderíamos ter um arquiteto urbanista de fora da nossa cidade para planejar a revitalização da nossa orla. E a história acabou demonstrando que aquele pequeno grupo estava errado, que Jaime Lerner tinha toda a capacidade, sim, de fazer um projeto dessa magnitude, e assim o fez, e assim está aí hoje o trecho 1, Parque Moacyr Scliar, e agora o trecho 3 entregue, que, por nossa sugestão, mas muito mais do que por um mandato específico, uma sugestão da Casa, da Câmara de Vereadores, deve levar o seu nome. Inclusive no dia da sua morte, muitas pessoas, muitos líderes políticos da nossa cidade, formadores opinião, jornalistas já falavam do justo reconhecimento que seria o trecho que estava para ser inaugurado levar o nome do arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Essa é a nossa expectativa. A orla está linda, a orla está modernizando a nossa cidade, colocando Porto Alegre num novo patamar de turismo. A presença da orla significa também desenvolvimento econômico para a cidade como um todo, pois gera um efeito em cascata de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, de novas oportunidades, desde as pessoas mais pobres até as grandes empresas, que têm a possibilidade também de gerar ainda mais renda e empregos em Porto Alegre. A orla é um espaço democrático, é um espaço onde as pessoas podem usufruir, se quiserem, poderão consumir em alguns dos restaurantes, se não quiserem consumir, se quiserem levar de casa o seu chimarrão para poder curtir o pôr do sol, também poderá fazê-lo.

É importante aproveitar este momento também para reforçar a importância de a população resguardar este espaço, que é público, através do zelo, do cuidado de

não deixar o lixo espalhado a cada final de semana. Vemos os esforços também da Prefeitura em combater esse tipo de degradação do espaço. A Prefeitura mobiliza também suas equipes agora no Trecho 3 que foi aberto no sábado, isso já está muito presente, e até outras medidas como a concessão também ao consórcio GAM 3, que é responsável pela manutenção do Trecho 1 e do Parque Harmonia pelos próximos 35 anos, num processo inédito na nossa cidade, que foi conduzido ainda em 2020 e que agora culminou com a assunção dos serviços de zeladoria e também de manutenção do espaço pelo consórcio GAM 3.

Então aqui fica o desejo de que tanto a situação quanto os independentes e a oposição possam aprovar o PLL nº 203/21, que denomina como Parque Jaime Lerner o Trecho 3 da orla do Guaíba, deixando aí o reconhecimento da cidade a esta grande figura e ao seu legado também para Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero, usando a liderança do meu partido, encerrar, de minha parte, um assunto que vem sendo discutido nesta Casa desde quarta-feira passada e com muita ênfase principalmente em grupos de WhatsApp, nas redes sociais. Eu quero falar da Lei nº 7.716/89. Essa lei diz, no seu Art. 20: “ (...) Praticar, induzi ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. No § 1º ela menciona: “Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilize a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo (...)”. Então estão querendo dizer que as pessoas que aqui entraram, na quarta-feira, com cartazes em que se via a suástica, com camisetas com frases nazistas, com divulgação do nazismo, o fizeram sem conhecimento. Volto a insistir no que eu já falei aqui: tem símbolos que são mundialmente conhecidos. Símbolos, como a cruz missioneira, a cruz católica, a flor de lótus, do budismo, e aí vai, a Estátua da Liberdade, a Torre Eiffel; e a suástica é um símbolo conhecido no mundo inteiro porque ceifou seis milhões de vidas.

E aí eu pego aqui a palavra do advogado Luiz Kignel, que é o presidente da Federação Israelita de São Paulo, que faz uma comparação, porque quando um indivíduo decide sair em público vestindo a camiseta de um time de futebol, ele está deixando claro, sem precisar dizer uma só palavra, que admira aquele time, que respeita, que apoia, que concorda, que torce por ele. A mesma coisa acontece quando um indivíduo ostenta algum símbolo nazista, um ato desses não é inocente. Os símbolos nazistas trazem consigo a ideia de intolerância, ódio, racismo, extermínio de pessoas, o que não pode ser admitido. Se era uma senhora, eu quero acreditar que foi entregue para ela o cartaz na ingenuidade de uma senhora. Mas quando me entregam um cartaz e nele tem o desenho do Mickey Mouse, eu sei que é algo que se refere à Disneylândia. Agora,

querer dizer que foi uma senhora que estava segurando o cartaz, que as camisetas não queriam dizer isso, é realmente ir contra a lei. É realmente achar que vida não vale nada. Até porque as pessoas acham que não têm que se vacinar. As pessoas acham que as vacinas fazem mal. As pessoas acham que a vacina dificulta a vida de quem está doente. Pelo contrário, as vacinas no mundo foram criadas para salvar. As vacinas, no mundo, vêm evoluindo. Então o argumento de que as vacinas da covid-19 não fizeram todo o processo lento de testagem, mas fizeram todos os processos rápidos de testagem, porque nós já estávamos com milhões de vidas sendo ceifadas por esse vírus. E agora volta a atingir essas pessoas que achavam que estavam imunizadas. Essas pessoas que contraíram a covid, que fizeram um exame qualquer e que dizem que estão... estas pessoas estão sendo atingidas.

Agora, eu me questiono: por que que as pessoas não querem tomar a vacina? Por que que as pessoas estão incentivando os pais a não darem a vacina da poliomielite? Por que que as pessoas estão incentivando os pais a não darem a vacina do sarampo? Não darem a vacina da catapora e da caxumba. Por que que as pessoas, quando querem viajar, procuram qualquer posto de saúde e tomam a vacina da febre amarela? Aí vale?! Eu quero dizer que o mundo está exigindo vacina. Eu quero dizer que só não concorda com a vacina quem está sectário ou quem acha que tem uma doença grave e que essa doença irá piorar ainda.

Então, eu acho que esta Casa, cumprindo a lei estadual, Sr. Presidente, tem que começar a exigir o comprovante de vacina, porque esta Casa, o nosso plenário, onde as pessoas adentram aqui, não tem nada diferente de um cinema, não tem nada diferente de um teatro, não tem nada diferente de uma casa de espetáculos. Não temos ventilação adequada. Temos várias pessoas próximas umas das outras, pessoas que não comprovaram estarem vacinadas. Se for um vereador que não está vacinado, participa *on-line*, é o seu direito não estar vacinado, agora não é o seu direito estar aqui, não é o seu direito contaminar a todos nós, para levarmos esse vírus para os nossos familiares, para as nossas casas, e, principalmente, para ver esses colegas entrarem nas UTIs do Sistema Único de Saúde, prejudicando ainda mais o nosso sistema com as internações na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum, após o apregoamento das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo PLL n° 196/21, de autoria do Ver. Claudio Janta e da Ver^a Comandante Nádia.

Apregoo o PLL n° 260/21, de autoria do Ver. Pablo Melo.

Apregoo o PLL n° 401/21, de autoria do Ver. Claudio Janta.

Apregoo o PLL n° 404/21, de autoria do Ver. Aírto Ferronato.

Apregoo o PLL n° 410/21, de autoria do Ver. José Freitas.

Apregoo o PLL n° 416/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher.

Aprego o PLL n° 418/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos.
Aprego o PLL n° 426/21, de autoria do Ver. Roberto Robaina.
Aprego o PLL n° 436/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher.
Aprego o PLL n° 438/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes.
Aprego o PR n° 047/21, de autoria do Ver. Edson CT.
Aprego o PR n° 048/21, de autoria do Ver. Edson CT.
Aprego o PR n° 051/21, de autoria do Ver. Artur Goulart.
Aprego o Ofício n° 2677/GP, encaminhando o PLE n° 042/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h42min.)

* * * * *